

LISBOA

BOLETIM DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"



ANO XIII
N.º 52



OUTUBRO
1950



Empresa Insulana de Navegação

Sede — Rua Nova do Almada, 11-1.º — LISBOA

Telefones: 23271/2/3 — Telegramas: BENS A ÚDE — LISBOA

CARREIRAS REGULARES ENTRE

LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Corvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Corvo só se efectua nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

A G E N T E S

EM LISBOA

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.ª classe
Avenida 24 de Julho, 2, 2.º
Telef. 20214/15

Passagens de 1.ª e 2.ª classes
Rua Augusta, 152
Telef. 20216

NO PORTO

SOCIEDADE GERAL DE REPRESENTAÇÕES, L.^{DA}

Na Madeira

BLANDY BROTHERS & C.º, L.^{da}

Em S. Miguel

BENS A ÚDE & C.ª, L.^{da}

COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores
e mais lindos mobiliários

Cómodas de estilo — Porcelanas de Saxe — Espelhos de Veneza — Candeeiros de
cristal, de ferro forjado e de madeira — Tapeçarias — Marquissetes e voiles suíços
Carpets de lã

COMPANHIA ALCOBIA

R. Ivens, 14 (esquina da R. Capelo)
TELEFONE 26441

Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma **COMPANHIA DE SEGUROS** que honra Lisboa

TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, VIC,
AVIZ, PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados, com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos
para bem servir os fumadores



Executamos quaisquer
trabalhos de:

- Livro
- Jornal
- Modelos comerciais
- Encadernação
- Gravura
- Composição mecânica

151, Rua do Salitre, 155

Telef. 5317³/₄

LISBOA

VINHO DO PORTO

«GRAHAM»

«Emperor»
«Five Crowns»
«Six Grapes»
«Imperial Dry»

— «Tawny» Velhíssimo
— Muito velho e sêco
— «Vintage» Velho do casco
— «Ruby» Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.^A

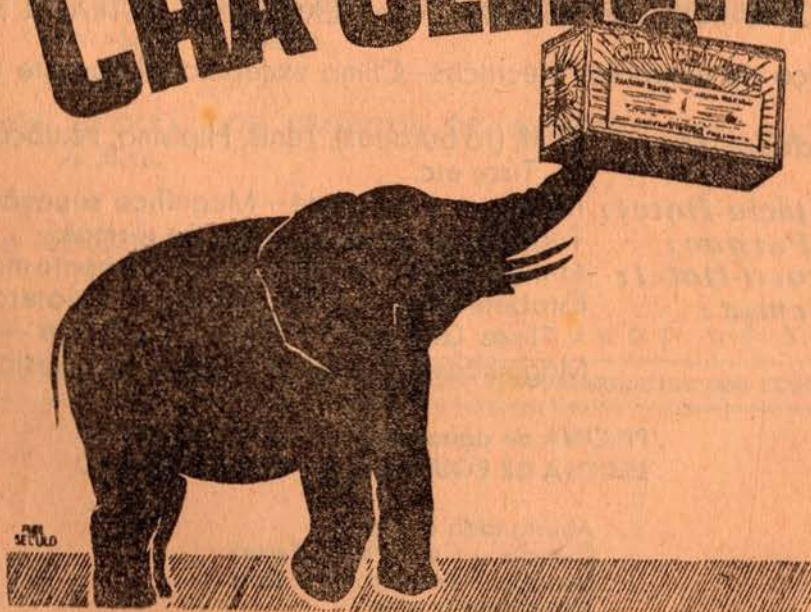
Rua dos Fanqueiros, 7
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6
Porto Tel. 26961/2

Distribuidores no Sul

JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA

CHÁ CELESTE



UM BELO LIVRO DE ARTE

MALHOA

Edição de luxo, formato 26x36, encadernada em linho, com 115 reproduções em rotogravura dos melhores trabalhos do grande Mestre. Texto de

ANTÓNIO MONTEZ

e introdução de

DIOGO DE MACEDO

Tiragem muito limitada.

1 volume, numerado-Esc. 250\$00

PORTUGÁLIA EDITORA, L.^{DA}

Aven. da Liberdade, 13, 3.^o-D.

Tel. 2 3438

LISBOA

**A. Pinto Basto
& C.^A, L.^{DA}**

LISBOA

TRANSPORTES
MARÍTIMOS E AÉREOS
CARVÃO — SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
EXPORTAÇÕES
TRANSITÁRIOS
ETC. — ETC.

NO PORTO

**Kendall, Pinto Basto
& C.^a L.^{da}**

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA ↘ EXCELENTE ESTRADA MARGINAL
Rápido serviço de comboios eléctricos—Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante—Magnífica situação

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte-Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidromineral e Fisioterápico Análises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar, Restaurante-Bar.

PISCINA de água tépida — SALA DE ARMAS
ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bars
Jogos autorizados

Informações: Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

Oferta

27. JUL. 1988

ANO XIII

OUTUBRO DE 1950

NÚMERO 52

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —

COMP. E IMP. N.º 10958 «SOCIETY LITHOGRAPHIC, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TEL. 53173-LISBOA

SUMARIO

- A ERMIDA DA BOA NOVA, por *Matos Sequeira.*
- S. CARLOS, FIM DO SÉCULO, por *Sidónio Miguel.*
- NOTÍCIA DE UM COMERCIANTE DA PRAÇA DE LISBOA, por *J. M. Cordeiro de Sousa.*
- IGREJA DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS, por *Boaventura de Noronha.*
- PARA QUE TEM SERVIDO OS CONVENTOS EM PORTUGAL, por *Norberto de Araújo.*
- EM DEFESA DOS REGISTOS DE AZULEJOS, pelo *eng.º Amílcar de Melo.*
- A MOURARIA, por *Ferreira de Andrade.*

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS

OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

A ERMIDA DA BOA NOVA

por MATOS SEQUEIRA

Quem vindo de Santa Clara, desce a Calçada Nova, aberta em 1775 para a passagem da estátua equestre do Reformador, encontra, à direita, ao chegar ao seu termo, meio soterrada, uma Ermida cuja fachada clássica, de ordem jónica, parece implorar que a livrem da intrometida rampa. É a Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova, riscada e delineada pelo Major-arquitecto Manuel da Costa Negreiros, e acabada de construir em 1748.

A Congregação de tal título já existia em 1718. Em 1726 fizera-se o seu Estatuto; em 10 de Fevereiro de 1736, aprovara-se; e fora confirmado pelo Patriarca de Lisboa em 11 de Fevereiro de 1742. A sede, porém, da Congregação não fora inicialmente ali, como logo se pode concluir pelas datas. A primitiva Ermida ficava mais ao Sul, da banda do rio, no antigo Cais do Carvão (depois Largo da Fundição), junto à Galé, e tinha a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Quando se edificara este piedoso sacelo marginal? Quem e porquê se edificara?

A Galé, era uma instituição quinhentista, casa de malta moirisca, onde pousavam os argelinos apresados nas lutas constantes com os chavecos que infestavam as nossas costas, em razias, que eram um excelente negócio para os Beys. Ocupavam-se os galeotes em cargas e descargas do provimento das naus da coroa. Ficava a Galé, no chamado Cais do Carvão ou dos Moiros. No local dela está agora um armazém da Alfândega.

O Padre João Baptista de Castro, citando a Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova, localiza-as às Portas da Ribeira, junta à Galé, mas, ao tratar da Cerca Fernandina, referindo-se à Porta ou Postigo da Pólvora, diz: «Era a última da banda da marinha, contígua à antiga Cadeia das Galés, junto à Ermida de Nossa Senhora do Rosário».

O Postigo da Pólvora, a que no século XVIII o povo chamava Portas do Mar ou da Ribeira, ficava místico às Galés (diz Frei Apolinário da Conceição) e perto da Ermida do Senhor Jesus «que de novo se fez em lugar da antiga que se derrubou, sita da parte do mar, donde agora está a magnífica Porta dos Armazéns».

Em 1727, na planta topográfica «da Marinha das cidades de Lisboa Occidental e Oriental, desde o forte de S. Joseph de Ribamar, até o convento do Grilo», passada a Junta do Tabaco, e antes do Quartel de Cavalaria do Cais (Cais dos Soldados), em frente a uns Armazéns,

vê-se o Cais dos Moiros, com a menção de uma escada. Eram aqui o Cais do Carvão e a Galé.

É possível que para se erguer a magnífica Porta dos Armazéns, se derrubasse o templo ribeirinho. Na planta de 1727, não vemos já menção dele. O que lá está são os Armazéns.

Mística à Ermida Nova edificada depois, ficava a muralha da cidade, com dezassete palmos de grossura, e sobre ela estavam casas de um tal Carlos Jol que tomara o terreno do muro de aforamento à Câmara, erguendo um passadiço que as ligava com outras da parte de terra, as quais eram foreiras a São Lázaro e que também ficavam sobre o muro. A Congregação obtivera deste Jol, dois contos e quatrocentos mil réis, por hipoteca das casas da parte de fora da cerca, para edificar o novo templo, e, em 1769, o Jol propôs-lhe, para liquidar tal hipoteca, comprar esses imóveis. Os Irmãos aceitaram a proposta, em reunião de 10 de Abril desse ano, e alienaram as casas. Mais tarde, em 1793, a Rainha D. Maria I, comprou as casas ao Jol ou aos seus herdeiros, e por aviso expedido, em 9 de Agosto desse ano, ao Marquês Mordomo-Mor. Presidente do Erário e Inspector das Obras Públicas, ordenou se desse à Irmandade posse de tais pardieiros, para ela poder fazer oficinas e trazer à face da rua a Ermida que ficara soterrada. Em 18 de Outubro desse ano fez-se o Auto de adjudicação e posse, dada pelo Inspector dos Bairros do Rossio, Rua Nova, Moiraria e Andaluz, e pelo architecto Francisco António Ferreira ⁽¹⁾.

Em 1777 incorporaram-se nesta Congregação do Senhor Jesus da Boa Nova, alguns devotos que intentavam com esmolas, dadas em cada mês, acudir, duas vezes por semana, com um caldeirão de comer aos pobres da cidade. Chamava-se essa Congregação, primeiro de Nossa Senhora da Conceição, e depois, de Nossa Senhora das Dores. Tinham um Estatuto que foi derogado e cassado mais tarde por uma Provisão que reconheceu a junção das duas Congregações (Boa Nova e Senhora das Dores) datada de 14 de Novembro de 1786. A instituição resultante, que tinha os dois títulos, trasladou para a Ermida, em 24 de Janeiro de 1787, a imagem da Senhora das Dores, pondo-a aos pés da do Senhor Jesus.

(1) No auto de posse constam as medições do terreno — «35 palmos a contar da frente da Capela, estorcendo da aresta do cunhal da casa do despacho, à parte do Poente, de Norte ao Sul; pelo lado do Sul, do Poente a Nascente, subindo pela Calçada Nova, 92 palmos; pelo Nascente oito palmos e meio, e a outra porção fica ao Nascente da dita Capela, e tem de comprimento pelo lado do Poente, 55 palmos, encostados à parede da sobredita Capela, e de largo, à parte do Norte, 24 palmos, da parte do Sul 21 palmos, e de comprimento à parte do Nascente; principiando onde finda os oito palmos e meio da primeira porção, 56 palmos; e nesta medida, no fim de 47 palmos, tem um ressalto de 3 palmos, e nestas duas medidas de comprimento da dita porção, fica incluída a muralha».

obras. Não falo em Domenico Scarlatti, porque foi mais um mestre da música de cravo que de ópera.

Chegou entretanto o século XIX, o que ia ser, o grande século da ópera italiana, com Rossini, Bellini, Donizetti e Verdi, os nomes que encimavam as portas do salão térreo de S. Carlos, antes da recente restauração, se não estou em erro. É possível que lá estivesse também o nome do Pacini ou o do Meyerbeer. Não me lembro bem.

Os menos conhecedores destas coisas não ignoram que Joaquim Rossini foi o grande músico, o menino Isaac do *dilettante* da primeira metade do século XIX, que na própria Alemanha fez esfriar o culto de formas de arte mais séria como a de Bach, de Mozart (da qual ele derivou muito, aliás) e de Beethoven. Andavam então no repertório de todos os teatros de ópera italiana e nos da própria ópera francesa as suas numerosas partituras, sérias e jocosas, de que hoje apenas subsiste a popularidade do famoso *Barbeiro de Sevilha*, escrito precàriamente em poucos dias para uma temporada de Carnaval do teatro Argentina de Roma, em 1816. Viviam-lhe na órbita Bellini, possuidor de estilo muito seu, e Donizetti. Verdi apareceu mais tarde, quando Rossini se entregava já a um silêncio que lhe durou desde o *Guilherme Tell* até 1868, ano em que, perto de Paris, morreu célebre como nenhum outro músico, com funerais de autêntico rei.

O autor do *Barbeiro de Sevilha* chegou a S. Carlos, em 1818, com *L'Inganno Felice* e a *Italiana em Argel*; Bellini, em 1834, com *O Pirata*, de que já falei; Donizetti, com o *Elixir de Amor*, no mesmo ano. Verdi, em 1845, com o *Ernani*, que era aliás a sua quarta ópera. Ao êxito do *Ernani* sucedeu-se naturalmente, no nosso mesmo teatro, poucos anos depois das estreias em Itália, o êxito do *Macbeth*, do *Rigoletto*, do *Trovador*, da *Traviata*.

Mercadante foi também um músico aplaudido no seu tempo, ao lado dos grandes, como Giovanni Pacini, que foi ascendente dos Pacini que vieram para Portugal, ou seja, de Pedro Jorge Pacini, cantor e director de cena de S. Carlos, pai de Regina Paccini e de José Pacini, de quem falaremos. Este Mercadante esteve também em S. Carlos como director da orquestra, onde regeu óperas alheias e suas, entre as quais *Adriano in Siria* e *Gabriela di Vergy*.

Tinham-no precedido, aliás, e seguiram-no directores de igual categoria, como, não falando em Marcos Portugal, o maestro Pietro Antonio Coppola, de quem já falei, e mais antigamente os então afamados Fioravanti e Carlo Coccia.

Este Carlo Coccia escreveu música para obras portuguesas, entre as quais uma cantata em louvor da Constituição de 1820 — da qual saiu o próprio hino oficial de tal tempo. E a *Maria da Fonte*, que tão portuguesa nos parece num autêntico rescender de arraial, foi escrita

S. CARLOS, FIM DO SÉCULO

Série de três palestras realizadas na sede do Grupo «Amigos de Lisboa», nas noites de 23 e 30 de Novembro e 7 de Dezembro de 1949

por SIDÓNIO MIGUEL

I — AS ÚLTIMAS ÓPERAS DE VERDI

Alguém terá perguntado que têm a ver S. Carlos e a sua ópera bafienta com os variados e actuais problemas urbanísticos, artísticos, sociais, económicos, da nossa Lisboa, tais como nos são dados para tarefa específica da nossa actividade de pretensos amigos da cidade, da qual somos por aí apontados mais como inimigos do que como amigos — passadistas incorrigíveis que só nos ocupamos com o que já lá vai, fechando os olhos ao presente e sobretudo ao futuro. Isto, pelo que diz respeito ao nosso Grupo, não é verdade. Não há aragem de perspectivas do futuro da nossa cidade, a que o Grupo não tenha aberto as suas janelas, mas, pelo que pessoalmente me diz respeito, aceito a acusação. Não apago a minha lanterna sobre o passado.

E assim me parece que algum interesse merece aos lisboetas de hoje o que possa dizer-se da história de S. Carlos, isto é, da vida artística, política, mundana, por vezes galante, que por ali decorreu no casarão do hoje chamado Largo do Directório, desde os fins do século XVIII chamado a substituir como teatro da corte, da aristocracia, da burguesia, a ópera da Rua dos Condes, do Bairro Alto, e mais recuadamente a dos teatros da Ribeira, de Salvaterra, de Queluz e da Ajuda.

O teatro de S. Carlos, como a maioria dos edifícios da nossa Lisboa velha, pôde ter sido um «casarão» em sentido pejorativo. Nós hoje olhamos pouco para os paredões laterais da Rua Serpa Pinto e da Rua do Duque de Bragança, como nos fins do século se chamavam as suas duas ruas contíguas, a leste e a oeste, e, mirando-o de frente, achamo-lo um dos nossos bons edifícios. A fachada para o largo que foi de S. Carlos não é coisa despicienda de boa e sóbria arquitectura do género. Interiormente sabemos que há ali a mais bela sala dos teatros de ópera do seu tempo, com o seu cunho cortesão, aristocrático e burguês, esca-

pada por enquanto do flagelo da guerra e das contingências da má vizinhança que, com o Museu de Arte Contemporânea e a Biblioteca Nacional, ele tem e dificilmente deixará de ter de várias arrecadações de explosivos e inflamáveis, anexas ao Governo Civil. Mas, como dizia e diz o *Borda de Água*: «Deus super omnia»...

A história política de S. Carlos nasceu com a sua ópera. Mandou a fatalidade que tivesse colaborado com os invasores de 1807, a ponto que Junot foi chamado «rei de S. Carlos». Colaborava lá dentro, escrevendo e dirigindo óperas de ocasião, sérias, semi-sérias, jocosas, o pobre Marcos Portugal — o italianizado «Marco Portogallo», cantado por toda a Europa, ao lado de Cimarosa e de Paisiello, até que lá fora caiu no ostracismo que baniou quase toda a música operística pré-rossiniana. Creio que a totalidade dos manuscritos das suas óperas, propriedade da Casa Ricordi, se perdeu com a destruição pela aviação do riquíssimo arquivo da grande casa editora de Milão. E não sei se nas nossas bibliotecas, designadamente na da Ajuda, haverá cópias de todas essas partituras.

Acontece, aliás, que Marcos Portugal, que não passou dum artista, alheio a políticas, soçobrou na consideração pública por ter feito óperas para Junot. Outros houve todavia que tomaram armas pelo invasor e que, por esse facto, não foram impedidos de exercer funções de governança, passados uns tantos anos de purgatório.

Um episódio político de S. Carlos, muito contado ainda, é o da hostil recepção feita por um grupo de exaltados liberais a Sua Majestade Imperial o Duque de Bragança, que na iluminada sala de S. Carlos se apresentou na noite de 27 de Maio de 1834, pouco depois da convenção de Évora-Monte com o irmão, a recolher as ovações dos que, no seu entender, lhe deviam a liberdade.

Teve um terrível desengano. Apenas entrou, foi vaiado pelos tais exaltados partidários duma vitória, mas uma vitória incondicional, que a convenção assinada com D. Miguel não sancionava. Havia assegurada uma larga amnistia para quantos tinham seguido o chamado usurpador, o qual ficava com todas as honras de infante e com uma larga pensão, e apenas proibido de vir a Portugal.

A manifestação da platéia, dos camarotes que ali ainda se vêem na mesmíssima sala, hoje mais iluminada, não ficou em doestos, em injúrias: passou ao arremesso de patacos. E o malgrado vencedor acabou por gritar:

— Fora, canalha...

Parece que um dos manifestantes afrontou o insulto do Imperador. Retorquiu-lhe com prosápia igual à que medievalmente os conselheiros usavam com os reis:

— Lembre-se Vossa Majestade de que as baionetas que lhe deram o trono também lho podem tirar...

Mas não tiraram. Tiraram todavia ao Imperador o resto da saúde que ainda tinha. Parece que levou o lenço à boca, a fim de conter o sangue que lhe vinha dos pulmões arruinados. Recolheu-se a Queluz, onde morreu daí a uns três meses, condecorado pela filha, em certa sala que uma reconstrução recente permite mostrar aos visitantes como tendo sido o quarto onde D. Pedro IV morreu.

A filha — já sabemos que era a varonil D. Maria II, — teve também em S. Carlos um desgosto grande para o seu orgulho de rainha que, para mal seu, considerava como prerrogativa da coroa a livre escolha dos ministros.

Por isso ela sustentou contra muitos dos que tinham feito a liberdade, mas não admitiam a vigência da dadivosa Carta Constitucional, o teimoso Costa Cabral passado do campo avançado do liberalismo ao prudente conservantismo. Em 1851, após variados episódios — como o do desaire do príncipe consorte, Senhor D. Fernando II, regressado a Lisboa sem armas nem soldados, que lhe fugiram para o marechal Saldanha —, o versátil batalhador da guerra peninsular, da campanha liberal, das variadas revoluções de cartistas e setembristas, nem sempre com glória, entrava desta vez, triunfante, em Lisboa e vinha a S. Carlos.

Era a noite de 17 de Maio. Cantava-se a ópera *Fingal*, que hoje ninguém lembra, dum maestro dos mais notáveis do primeiro período verdiano, que entre nós quase se aporuguesou, porque casou em Lisboa com uma portuguesa. Chamava-se Pietro Antonio Coppola e escreveu para S. Carlos, entre outras óperas, uma *Inês de Castro*.

As Majestades vieram, pois, à ópera, mal sabendo a humilhação que as esperava. Não era segredo para ninguém que a rainha só de má vontade demitira Costa Cabral e nomeara o governo de Saldanha, com o qual ia iniciar-se a chamada Regeneração, antecedência quase precária da obra governativa dum partido que até 1910 se chamou «regenerador» e que teve então como aprendiz de ministro o mais brilhante dos seus chefes, que foi António Maria Fontes Pereira de Melo. E tudo isso se cochichava naturalmente em S. Carlos, onde a um dos camarotes assomavam a rainha e o desprestigiado esposo, mais dado fanhosamente a conversas de assuntos artísticos que a ordens de comando. A Alemanha era então vista ainda como mero país de filósofos, músicos e poetas.

Subitamente assomou a um camarote a figura mavórtica do marechal. O elemento anti-cabralista da sala vibrou. Foi uma manifestação apoteótica ao Saldanha, na qual todos se puseram de pé, gritaram e pal-

mearam. Eu ainda conheci um venerável velho da minha mocidade que dizia ter assistido a essa récita. A rainha e D. Fernando foram obrigados a levantar-se também... Mas D. Maria II não ocultava o seu despeito. Estava já no caminho de gorda matrona, no retrato que hoje melhor lhe conhecemos. Mais encarniçada, rubra, de semblante, como ninguém a tinha visto até então... Humilhavam-na. E, para arrelia maior, a manifestação repetiu-se no fim de cada acto da ópera e no intervalo do bailado que se chamava *O véu encantado*.

Esqueci-me de dizer qual tinha sido a ópera cantada na falada noite dos patacos de 1834. Era *O Pirata*, de Bellini, acompanhada de um bailado, cujo nome era um tanto provocador de ideias trágicas e de ressentimentos. Chamava-se complicadamente *Clazimiro e Slawiza ou o Usurpador punido*... Como não deviam lembrar-se os intransigentes liberais do pesadelo da usurpação que para eles tinha sido o curto reinado de D. Miguel?...

Esta ópera *O Pirata*, de Bellini, uma das primeiras obras do «cisne de Catânia», foi depois suplantada no agrado público pela *Sonnambula*, pelos *Puritanos*, sua última ópera, e sobretudo pela «divina» *Norma*, cujo prestígio chegou justamente ao nosso tempo. Mas o *Pirata* não esqueceu de todo aos *dilettanti* de Lisboa, pelo menos de nome. Conta-se a seguinte anedota ou caso ocorrido em Lisboa, aí por 1890, de certa senhora que entrou numa casa de músicas e perguntou ao empregado:

— Tem o *Inglês*, de Bellini?...

— Tenho, sim, minha senhora, respondeu o empregado. E foi buscar-lhe a partitura do *Pirata*. Era mais um episódio patriótico-lírico da anglofobia da época.

E eram tempos em que os escaparates das casas de músicas se atulhavam de partituras e de libretos de óperas.

A actividade política de S. Carlos mostrou-se sempre nos períodos de crises ministeriais, em que a coroa era chamada a intervir, e eu me recordo do exame teimoso de muitos politicantes ao carregado rosto de El-Rei D. Carlos, sempre que, ao subir do pano, Sua Majestade se deixava ver. Mas só ao subir e ao descer do pano. No fim de cada acto, Sua Majestade recolhia-se em geral ao gabinete interior do seu camarote. E os comentários dos politicantes reflectiam a desilusão. — Impenetrável Sua Majestade...

Uma crise de 1906, ao terceiro mês daquele ano, resolvia-se pelo regresso dos regeneradores, saídos do governo no Outono de 1904. O velho José Luciano de Castro, tolhido das pernas em casa, via-se obrigado a demitir-se, depois da cisão do partido que dirigia desde a morte de Anselmo Braamcamp. Hintze Ribeiro voltava ao poder quase com a

mesma combinação ministerial que soçobrara em 1904. Os apolíticos não gostaram, mas os políticos do partido sentiram-se contentes e em certa noite Sua Majestade foi honrado com uma discreta manifestação da sala.

Foi um falhado augúrio. Após cinquenta e tal dias o bem-fadado ministério despedia-se em resposta a um desacordo régio, revelado por cartas então muito faladas. Iniciava-se um período turbulento na política que ia reflectir-se em S. Carlos, que ficou virtualmente morto em 1911.

Que tinha a ópera italiana com a mudança do regime?

É claro que nada devia ter. As origens do teatro de corte persistiam todavia na lembrança e na costumeira e é sabido que a empresa Anahory, que fizera sair S. Carlos da rotina de teatro de ópera italiana, viu-se no Inverno de 1910/1911 abandonada pelos assinantes. Abriu em 1912 na órbita da empresa do teatro Real de Madrid; abriu em 1919 e mais uns três ou quatro anos seguintes, com uma sociedade pseudo-cooperativa, à qual sucedeu Ricardo Covões; abriu, restaurado e bonito em 1940, mas sem aquela certíssima assinatura das cinquenta récitas ordinárias e vinte e tantas extraordinárias que estendiam a época lírica de Dezembro a Março. S. Carlos, além de templo de arte, como enfaticamente lhe chamavam, era um centro de vida mundana, iluminado pela realeza. Faltavam as Majestades no camarote real, julgavam-se muitos dos fiéis dispensados da sua presença no culto da arte. Eu me recordo de ter ouvido, em 1920, num carro eléctrico, esta conversa sobre a época lírica então anunciada com o *Parsifal*:

— Então não assinaste S. Carlos?

— Para quê, para me misturar com merceeiros?...

Estava-se no rescaldo da primeira guerra mundial e no reinado grosseiro dos que se chamavam «os novos ricos»... Mas a maioria dos novos ricos não puxava muito para S. Carlos. Preferia ao desconforto dos camarotes e da plateia, nos intervalos da maçadoria lírica, e à pobreza dum anacrónico bufete, o luxo e a riqueza de licores dos bufetes dos clubs que então animavam a vida mundana do burguês lisboeta: o Maxim, o Majestic, o Bristol, etc.

Seria aqui a altura de falar da história galante de S. Carlos, tão comprida ou mais que a sua história artística. Mas não vale a pena reeditar as lutas dos partidários da Stoltz e da Novello, da Pasqua e da De Rezké, em capítulo certamente mais galante que artístico. Só lembremos um pouco os episódios sentimentais de Elisa Hensler e de Emília Hegenauer ou Emília Librandi, que deram a Portugal uma quase rainha, que foi a condessa de Edla, esposa morgânica do senhor D. Fernando II, viúvo de D. Maria II, e a duquesa de Ávila, cujo nome figurou por muitos anos na assistência elegante de S. Carlos,

recordada diariamente pelos jornais e sobretudo pelo *Diário Ilustrado*.

Tal capítulo sentimental vinha já da ópera da Rua dos Condes, onde uma endiabrada cantora, que era a Zamperini, fizera andar a cabeça à roda a um filho de Pombal. Mas o impiedoso ministro cortou as asas à aventura. A Zamperini foi posta fora do país e teria esquecido, se não fossem os chapéus que usava, ainda hoje chamados «Chapéus à zamparina»...

Já sabemos que a ópera italiana não começou em S. Carlos, que teve a precedê-lo outros teatros em Lisboa e fora de Lisboa. Parece que os primeiros espectáculos públicos dum género em que se chorava e morria a cantar foram num casarão em sítio, que hoje é o largo Rafael Bordalo Pinheiro e se chamou da Abegoaria, e tinham a vizinhança do convento da Trindade. Foi uma companhia Paghetti que nos visitou em 1736, salvo erro.

É claro que a ópera na Itália era muito mais antiga.

Remontava aos fins do século XVI ou começos do século XVII, tempos já de reacção anti-polifónica, embora o nosso D. João IV em tal tempo chamasse música moderna à do Palestrina e o nosso período áureo da polifonia se tivesse estendido por todo esse século.

A primeira ópera cantada em Florença, em 1600, parece ter sido a *Euridice*, com música de Jacopo Peri e libreto poético de Rinuccini, que se valeu para o tentame de sublimar paixões humanas pela música, aliada à poesia, do episódio mitológico do Orfeu e de Euridice, que há quarenta anos para trás toda a gente conhecia, porque a mitologia estudava-se um tanto. Lembro-me de que em fins do século passado havia professoras do ensino particular que usavam com as alunas, como livro de texto, o «Manual Enciclopédico», de Monteverde, onde havia um capítulo de Mitologia...

Aconteceu depois que este assunto dos amores trágicos de Orfeo e de Euridice forneceu tema para outras óperas, entre as quais as de Caccini, Monteverdi, mais tarde, de Gluck, que é hoje relativamente conhecida.

Mas o músico de génio do período do lançamento da ópera foi Cláudio Monteverdi, em cujas teorias Wagner ia firmar-se um tanto para as suas ideias de ópera e drama. Um e outro partiam dos Gregos.

A ópera, entretanto, passou a Roma, a Veneza e a Nápoles.

Mudada de clima, mudou de técnica, sobretudo em Nápoles, donde se fez a exportação do género e dos competentes maestros e cantantes. Assim correram a Europa, entre outros, o Picinni, que ia lutar em Paris com Gluck, o Porpora e o Salieri, que iam para Viena, o Bononcini, que ia para Londres, o David Perez, que vinha para Lisboa, onde havia, aliás, uma grande admiração pelo Jomelli, obrigado por um contrato a mandar para Lisboa uma cópia de cada uma das suas

obras. Não falo em Domenico Scarlatti, porque foi mais um mestre da música de cravo que de ópera.

Chegou entretanto o século XIX, o que ia ser, o grande século da ópera italiana, com Rossini, Bellini, Donizetti e Verdi, os nomes que encimavam as portas do salão térreo de S. Carlos, antes da recente restauração, se não estou em erro. É possível que lá estivesse também o nome do Pacini ou o do Meyerbeer. Não me lembro bem.

Os menos conhecedores destas coisas não ignoram que Joaquim Rossini foi o grande músico, o menino Isaac do *dilettante* da primeira metade do século XIX, que na própria Alemanha fez esfriar o culto de formas de arte mais séria como a de Bach, de Mozart (da qual ele derivou muito, aliás) e de Beethoven. Andavam então no repertório de todos os teatros de ópera italiana e nos da própria ópera francesa as suas numerosas partituras, sérias e jocosas, de que hoje apenas subsiste a popularidade do famoso *Barbeiro de Sevilha*, escrito precariamente em poucos dias para uma temporada de Carnaval do teatro Argentina de Roma, em 1816. Viviam-lhe na órbita Bellini, possuidor de estilo muito seu, e Donizetti. Verdi apareceu mais tarde, quando Rossini se entregava já a um silêncio que lhe durou desde o *Guilherme Tell* até 1868, ano em que, perto de Paris, morreu célebre como nenhum outro músico, com funerais de autêntico rei.

O autor do *Barbeiro de Sevilha* chegou a S. Carlos, em 1818, com *L'Inganno Felice* e a *Italiana em Argel*; Bellini, em 1834, com *O Pirata*, de que já falei; Donizetti, com o *Elixir de Amor*, no mesmo ano. Verdi, em 1845, com o *Ernani*, que era aliás a sua quarta ópera. Ao êxito do *Ernani* sucedeu-se naturalmente, no nosso mesmo teatro, poucos anos depois das estreias em Itália, o êxito do *Macbeth*, do *Rigoletto*, do *Trovador*, da *Traviata*.

Mercadante foi também um músico aplaudido no seu tempo, ao lado dos grandes, como Giovanni Pacini, que foi ascendente dos Pacini que vieram para Portugal, ou seja, de Pedro Jorge Pacini, cantor e director de cena de S. Carlos, pai de Regina Paccini e de José Pacini, de quem falaremos. Este Mercadante esteve também em S. Carlos como director da orquestra, onde regeu óperas alheias e suas, entre as quais *Adriano in Siria* e *Gabriela di Vergy*.

Tinham-no precedido, aliás, e seguiram-no directores de igual categoria, como, não falando em Marcos Portugal, o maestro Pietro Antonio Coppola, de quem já falei, e mais antigamente os então afamados Fioravanti e Carlo Coccia.

Este Carlo Coccia escreveu música para obras portuguesas, entre as quais uma cantata em louvor da Constituição de 1820 — da qual saiu o próprio hino oficial de tal tempo. E a *Maria da Fonte*, que tão portuguesa nos parece num autêntico rescender de arraial, foi escrita

por um regente que veio a S. Carlos, chamado pelo conde de Farrobo, que era Angelo Frondoni, autor depois de muita música para peças portuguesas, entre as quais a oratória de Braz Martins, *Santo António*, que ainda em começo deste século se representava em Lisboa e chamava público. Foi também o autor da portuguesíssima canção *A Saloia*.

Todo este falar de maestros me obriga a falar de um que não veio a S. Carlos, para bem dele e da arte universal, se é verdade o que se conta e se lê em letra redonda.

Foi o caso que o conde de Farrobo, quando contratou Frondoni, teve ao mesmo tempo oferta para vir para Lisboa o então também jovem Giuseppe Verdi. Porque foi Frondoni o preferido?

Parece que Frondoni se lastimava mais tarde, quando via a carreira mundial do seu opositor, lá em Itália, e a comparava à apagada mediania, a que se condenara, vindo para Lisboa. E desabafava então:

— Se eu tivesse ficado em Itália e Verdi vindo para Lisboa, Verdi fazia por cá o que eu tenho feito e eu teria feito na Itália o que ele faz...

Que, em tal caso, Verdi entre nós não teria feito mais que Frondoni, não há dúvida alguma... Agora, que Frondoni tivesse feito na Itália o que depois fez o autor de cerca de trinta óperas, entre as quais meia dúzia de obras-primas do teatro lírico de todos os tempos, é que podemos pôr em dúvida...

No entanto, a acção de Frondoni entre nós foi benéfica e Sousa Bastos, que lidou com muitos maestros do teatro ligeiro, escreveu que Frondoni, quando morreu, deixou um lugar insubstituível.

Teve todavia em tal género a concorrência de Joaquim Casimiro, que teria sido alguém noutra país.

Isto tudo, que parece muito recuado para a gente nova de hoje, de quase 1950, era afinal em 1900 objecto de muito conversar e de muito recordar entre os *dilettanti*, que, nos intervalos, se poupavam à má língua do vulgar dos frequentadores e das frequentadoras de olhos desdenhosos em cada noite para o camarote onde se pavoneavam, por exemplo, o Sebastião e a Sebastiãoa. Eu já aqui contei uma vez a minha pequena aprendizagem de muitas de tais coisas, no escutar interessado de velhos frequentadores do *galinheiro* dos tempos de José Pacini. Não sei se hoje algum novo estará ouvindo com igual interesse quem na noite da passagem de 31 de Dezembro de 1900 para o primeiro de Janeiro de 1901, já se julgava com direito a opiniões... E que, com a benevolência de V. Ex.^{as}, está contando estas coisas a pessoas da sua idade, esperando não ser apanhado em mentira; e às pessoas de menos idade, esperando que o acreditem — embora se diga que mente bem quem vem de longe — e todo o falar do passado é um falar de quem vem de longe, em viagem pelo tempo irreversível...



Ora, aí por 1890, data que marcámos como ponto de partida das nossas histórias de hoje, todo este remoto passado do nosso teatro lírico e da ópera que nele se cantava chegava a ser mais actual que para a gente de 1950 a história das coisas de 1890. De facto, em tal época, o *Barbeiro de Sevilha* era menos antigo que hoje a *Aida*; o *Rigoletto* ou a *Traviata*, menos antigos que hoje a música de Debussy ou de Ravel... O *Otello* de Verdi era uma novidade de 1887, que S. Carlos tinha ouvido em 1889, e do *Falstaff* não se falava.

A primeira época da empresa sucessora de Campos Valdez, falecido em Paris em 1889, ou seja, a dos seus herdeiros, orientada artisticamente pelo maestro Augusto Machado, valorizou-se no elenco com os nomes da Teodorini, do Tamagno e do Menotti e nela se apresentou uma cantora russa, Nadina Bulicioff, que casou com um patricio nosso e mais tarde teve em Lisboa uma época de popularidade, no Coliseu dos Recreios, onde fez uma grande *Gioconda*.

Entretanto, nessa época de 1890 a 1891, S. Carlos teve a *reprise* do *Otello*, de Verdi, cantado pelo criador do protagonista em Milão, que era o Tamagno, pelo Menotti, celeberrimo barítono, que fez o Iago, e com uma Desdemona, que era a Teodorini. Tão sensacional espectáculo deu-se na noite de 11 de Março de 1891. A agitação pública do tempo, designadamente o rescaldo do 31 de Janeiro, não prejudicou o êxito da ópera e dos seus novos cantantes.

Francesco Tamagno que, aliás, já tinha vindo a S. Carlos em épocas anteriores, era fisicamente um homenzarrão, de voz potente e por isso escolhido por Verdi e pela empresa do Scala de Milão para protagonista do novo *Otello* de Verdi, com libreto de Arrigo Boito, o interessante poeta-músico que nos deixou o *Mefistófeles*, a obra mais poderosa de concepção e a mais arrojada de realização de todo esse período da ópera italiana, rasteiramente confinada à imitação dos quatro astros do século. Aconteceu, aliás, que o *Otello* esteve para chamar-se *Iago*, menos por consideração para com a memória de Rossini, autor doutro *Otello*, que por satisfazer a birra e a vaidade do celeberrimo barítono francês Vítor Maurel, chamado também por Verdi para criar a parte de Iago e destinado a criar mais tarde, com êxito clamoroso, o *Falstaff*, igualmente de Verdi, e o Tónio, dos *Palhaços*, de Leoncavallo, que a sua influência fizera aceitar à empresa do Lírico de Milão.

Eu ainda conheci um *dilettante*, que, por sinal, era filho do harpista Fontana, afamado entre nós em tal instrumento, antes da harpa ter passado exclusivamente às mãos de senhoras, e que, mercê de tal filiação, esteve no palco de S. Carlos na noite da estreia do Tamagno, no *Otello*. Dizia ele que era simplesmente atroador a aquele *Esultate* do

capitão de Veneza saído do seu navio, após a patética tempestade com que abre o primeiro acto. Nunca se ouviu assim em Lisboa e aconteceu com o Tamagno e com o *Otello* o que se dava então com a Patti e com os sopranos ligeiros.

Acreditavam-se estes, em calão lírico, com a antonomásia ambicionadíssima de «herdeiras da Patti». E esse nome era dado na imprensa à jovem Regina Pacini, que, aos 17 anos, se tinha estreado em S. Carlos com a *Sonnambula*, na época de 1887/1888.

Pois os tenores dramáticos, que se abalançavam ao *Otello*, tentavam todos fazer-se acreditar como rivais ou sucessores do Tamagno. Como rival foi anunciado, aí por 1903, no Coliseu de António Santos, o pobre Franco Cardinali, que ali foi pateado por não ter correspondido ao reclamo do hábil Comendador.

Como sucessor e com melhor êxito, fez carreira, na Itália e fora da Itália, o tenor que S. Carlos e o Coliseu ouviram e que eu cheguei também a ouvir: António Paoli, de voz vibrante, cheia, pastosa, posto que já no declínio, quando o ouvi, creio que em 1920.

Falei, há pouco, no respeito que devia ter sido guardado a Rossini pelo *Otello*, que o autor do *Barbeiro de Sevilha* tinha feito, creio que no mesmo ano. Deu-se, pelo menos, o caso curioso de ter aproveitado para uma das situações mais dramáticas do *Otello* o desenho e o *crescendo* de violinos que preludiam no *Barbeiro* a cómica ária da calúnia.

Eu tenho ouvido, nos últimos quinze ou vinte anos, muitas óperas do velho reportório italiano — pela telefonia, é claro, — mas nunca o *Otello*, de Rossini, que não era todavia desconhecido dalguma da gente de 1890. Eça de Queirós, nas suas *Prosas Bárbaras*, fala nele, com admiração, sobretudo da canção do salgueiro.

E, como as palavras são como as cerejas, permitam que lhes lembre que Verdi, musicando o *Otello* — sem intenção, certamente — vingou o Paisiello, cujo *Barbeiro* ficou em 1816 ofuscado pelo de Rossini.

Daí a anedota: Um amigo, daqueles que toda a gente tem, disse por esse tempo a Rossini:

— Confessa, Rossini, que roubaste o Paisiello...

E Rossini teria respondido com a prontidão que tinha nas respostas:

— Pois sim, roubei-o e matei-o...

Que Rossini tivesse roubado o Paisiello, não é verdade. Que Rossini foi naturalmente influenciado pela anterior ópera jocosa do seu país, que remontava à *Serva Padrona*, do Pergolesi, com vizinhança mais próxima de Cimarosa ou de Paisiello, é coisa certa. Mas que ele matou o *Barbeiro* de Paisiello é ainda coisa certíssima.

Entretanto veio o *Otello*, de Verdi, que matou o de Rossini.

É ocioso afirmar que esta penúltima ópera de Verdi — vinda a pú-

blico dezasseis anos depois da *Aida*, quando toda a gente julgava encerrada a carreira do famoso compositor de vinte e tantas óperas com uma grande chave de ouro — pode rivalizar com a *Aida* em belezas musicais e melodramáticas. Longe, sem dúvida, da intuitividade do *Rigoletto*, do *Trovador*, da *Traviata*, de comunicabilidade imediata, irresistível, a todos os graus de latitude do globo — afirmava-se superior a todos os trabalhos anteriores do Mestre pela perfeição técnica, pela adopção consciente do que na música de Wagner parecia a um operista italiano assimilável a uma ópera, a um drama lírico de raiz latina, de tradição itálica. Assim, no *Otello*, que por Camilo Bellaigue foi chamado justamente o grande drama lírico de futuro, ouvimos ainda aqui e ali aquelas frases, aquelas quase cabaletas dinâmicas e pessoalíssimas do brinde de Iago e do coro, que o repete, aquele despedir de Otelo às suas glórias no segundo acto, aquele a *duo* de tenor e de barítono em fecho do mesmo acto, de vingança e desagravo; mas ouvimos também um correr de recitação, de declamação lírica, expressiva e orgânica, cujo poder se não perdeu depois nos seus sucessores italianos. E há psicologia profundíssima nas três grandes personagens: Otelo, Iago e Desdémona. O monólogo de Otelo, no terceiro acto, quando convencido da traição da esposa, é uma das belas páginas do teatro lírico moderno. É uma grande peça declamada com profundo sentido humano, sobre o contracanto soluçante dos violinos, onde se não perde a grandeza shakespeareana: o seu próprio verbo, não afogado, não deturpado.



Mentiria se dissesse que a plateia de S. Carlos compreendeu a grande obra que o génio de Verdi lhe dava aos setenta anos. Recebeu-a com admiração, com fervente admiração, sentiu nela a «garra do leão, como dela escreveu o ingénuo articulista do «Dictionnaire des Opéras», do *Larousse*, mas comoveu-se sobretudo com o quarto acto — a canção do salgueiro e a chamada Avé-Maria.

Quem tiver lido Fialho de Almeida sabe o que ele contou dum episódio ocorrido numa aldeia (do Alentejo, se não estou em erro) a propósito desta Avé-Maria.

Foi o caso que umas senhoras de Lisboa foram passar certo tempo à tal aldeia, onde cantavam trechos piedosos à hora da missa paroquial. Um dia uma delas cantou esta Avé-Maria, onde há aquele arranque doloroso: «Prega per chi sotto l'oltraggio piega la fronte e la malvaggia sorte»... Pois o mulherio a certa altura rompeu em altos soluços.

Verdi, ferido um dia pelo esquecimento propositado dum escriba,

que lhe omitiu o nome em certa publicação de música mundial, desabafou com um amigo, perguntando:

— Conheces algum país do mundo onde se não ouçam as melodias do *Trovador*?...

Ele, que fazia a sua música para comover, que diria, se tivesse tido conhecimento desta sua força de comoção nas almas simples duma aldeia de Portugal?

Em 1894 anunciava-se em S. Carlos nova ópera do Mestre, premiada no ano anterior com um dos mais entusiásticos êxitos que, na história do teatro lírico, se verificaram — desta vez ainda no Scala de Milão. Era o *Falstaff*, apresentado como comédia lírica, e com libreto também de Arrigo Boito, extraído de Shakespeare.

Já agora recordarei que este devasso Sir John Falstaff, lembrado por Shakespeare para a sua comédia de castigo burlesco a burlescos devassos, existiu realmente. Apenas não foi nada em vida daquele conjunto dos péssimos predicados que lhe atribuiu o autor do *Hamlet*. Foi um bravo guerreiro da guerra dos Cem Anos, na qual ganhou grande nome. Porque lhe fez Shakespeare tal partida? Contam que o primitivo nome dado à personagem da comédia era Sir John Oldcastle. Interveio, porém, certo fidalgo da corte da rainha Isabel a impedir tal ofensa à sua família, que se dizia descendente dum Oldcastle. Shakespeare foi então buscar o nome para a comédia a qualquer personagem contemporânea de Henrique V que não tivesse descendentes. E assim desencantou o Sir John Falstaff, de quem não havia família.

Verdi não parecia fadado para a chamada «ópera-buffa» do seu país, que, mais que a ópera séria, tinha celebrizado toda a escola napolitana, e, posteriormente, Cimarosa, Paisiello, Rossini e Donizetti. A Rossini, sobretudo, a despeito das grandes óperas sérias que escreveu, como o *Guilherme Tell*, e que fora aconselhado por Beethoven a escrever muitos *Barbeiros*. E ele o reconhecia, como o atesta a dedicatória da sua *Petite Messe* ao «Bon Dieu»: «J'étais né pour l'opéra buffa, tu le sais...».

Mas Verdi parecia contra-indicadíssimo para o género e o fiasco sofrido por ele no começo da sua carreira com *Un giorno di regno* tinha-o desviado de novos tentames.

Tudo isto, além da idade avançada do Mestre, já nos oitenta anos, aumentava o interesse de todos os meios cultos pela nova produção.

O *Falstaff* figurou, pois, no «cartellone» de S. Carlos, logo na época da empresa Freitas Brito, de 1893 a 1894, em cujo elenco se liam os nomes notáveis de Haricléé Darclée, de Virgínia Guerrini, de Giuseppe Kaschmann; de Victor Maurel, sobretudo, que estreara no Scala de Milão o Iago, do *Otello*, e mais recentemente o protagonista do *Falstaff*. Também havia no elenco dessa época uma artista que de-

pois ficou entre nós, ligada, pelo casamento, a um Português e apresentada com o nome de Angela Penchi. Não era, todavia, italiana, mas espanhola. E o seu nome era Angela Penco (ou Peco, como diz Sousa Bastos). Era costume alguns artistas não italianos italianizarem o nome. O tenor espanhol Francisco Viñas era, por exemplo, indicado nos elencos à italiana: Francesco Vignas, e na distribuição das óperas, dada profusamente nos cartazes pelas ruas (não havia o uso actual de ópera quase à porta fechada, sem cartaz sequer à bilheteira do teatro).

Este criado de V. Ex.^{as} era pequeno demais para assistir à memorável récita de 27 de Fevereiro de 1894, que, na opinião da crítica, constituiu um dos grandes êxitos do nosso lírico. Li, depois, que, nessa noite ou no dia seguinte, os consagrados criticos dos nossos jornais mandaram a Verdi, colectivamente, um telegrama de felicitações. Mas sei que o êxito foi discreto, quando familiarmente colhido das opiniões dos vulgares e enfatuados *dilettanti* de todos os tempos que, mais que os autênticos amadores, pulularam sempre por aquela sala e anexos. Pouco perceberam da graça, da maravilha musical que lhes era oferecida. Viram na acção cénica uma destrambelhada farsa, não ouviram da música coisa que lhes recordasse o *Rigoletto*, o *Trovador*, a *Traviata*... Sequer a *Aida*, sequer o *Otello*. Nada de árias ou ariosos, de cavatinas, de romanzas, de duetos, de tercetos, de concertantes de velho estilo, mas um discurso musical vivo, fluido, estreitamente ligado, de cena para cena, ao texto do poeta: uma declamação que lhes parecia quase wagneriana, inorgânica e prolixa.

Aplaudiram, pois, por snobismo.

Por isso e porque a montagem era cara, o *Falstaff* só voltou velhamente a S. Carlos na época de 1899/1900, com Mário Sammarco no protagonista, mas sem interesse dos frequentadores, já então sob o signo de Massenet e de Puccini. Foi em 1920 ou 1921 anunciado no «cartellone» organizado por Ersole Casali, mas não surgiu por então à luz da ribalta. Apenas nas últimas épocas do novo S. Carlos se tem cantado, com o chamado êxito de estima, mercê talvez do interesse despertado pelo desempenho do seu mais notável intérprete de hoje, detestável nas óperas de «bel canto», mas realmente feliz neste *Falstaff*, como ainda no Fígaro do *Barbeiro*. — Falo de Gino Becchi, como V. Ex.^{as} terão percebido, e peço muita desculpa a algum dos seus incondicionais admiradores ou admiradoras, que me estará ouvindo, da minha condicional admiração pelos dotes de cantor do amimado barítono. Os histriónicos não lhos contesto.

Assim se fechava brilhantemente em S. Carlos o ciclo verdiano de óperas que sucessivamente se estreadam em Lisboa durante meio século. Com êxito incontestado, igual, unânime? Naturalmente não.

Discreto, para não dizer frio acolhimento, tiveram em S. Carlos todas as obras do chamado período de transição do Mestre, que foi desde a trilogia triunfante: *Rigoletto*, *Trovador* e *Traviata*, em mil oitocentos e cinquenta e tal, até à *Aida*.

Isto pelo que diz respeito ao público, que, em tal período, apenas festejou o *Baile de Máscaras*. Fora da crítica profissional, cuja leitura causa quase desolação, as opiniões dos escritores que as arriscavam em tal matéria, não são, por vezes, de grandes admiradores. Na obra de Joaquim de Vasconcelos Verdi aparece-nos desdenhado e mesmo amesquinhado.

Porquê? Porque de longe havia já o aceno wagneriano, que entre nós seduzisse os viajados jovens como na Itália ao moço Arrigo Boito? — Nada disso: o astro da música, para Joaquim de Vasconcelos e para Teófilo, era Rossini... E para o articulista musical do *Dicionário* de Pinheiro Chagas, o génio era Meyerbeer... Lá se lê que os *Hugenotes*, o *Roberto*, o *Diabo*, o *Profeta*, a *Africana* eram as grandes obras do século...

Há, por sinal, no livro de Eça de Queirós *Prosas Bárbaras* um capítulo, em que se fala de Verdi e do esquecido *Macbeth*. «O luminoso Verdi não compreendeu as trevas que Shakespeare derramou na alma de *Macbeth*.

«Verdi, o músico querido dos mexicanos, dos americanos, dos russos e de nós outros, os portugueses, é, realmente, o único compositor italiano verdadeiramente sério que ficou depois do desgraçado Donizetti. Rossini retirou-se da arte.

«Todo o entusiasmo que Verdi tem alimentado na Itália provém do momento grave em que se revelou».

Como se vê, Eça enfileirava na admiração passadista de Rossini, de Bellini e de Donizetti, serodidamente entregue ainda aos feitiços do «bel canto», cuja decadência via acentuada com o estilo melodramático, dinâmico, nervoso, pessoalíssimo, de «veine grosse», como diziam os franceses, que caracterizava Verdi — também chamado na Itália o «Spagnoletto» da música (isto é, o Ribera).

E pesa, de facto, tal sombra no autor de tanta página da *Força do Destino*, do *Dom Carlos*, das *Vésperas Sicilianas*, do *Simão Bocanegra*. A clarificação fez-se com a *Aida*, com o *Otello* e com o *Falstaff*.

É sabido que após a introdução do wagnerianismo, que um dia tinha de chegar e que chegou, passou a ser moda todo o bicho careta dizer mal da música em que tinha sido educado. E Verdi teve o seu purgatório. Lembro-me a este respeito de que, aí por 1919, mestre Viana da Mota, improvisado em crítico no «Diário de Notícias», duma precária temporada lírica de S. Carlos, reagiu contra tal injustiça, proclamando corajosamente a sua admiração pela figura gigantesca de

Verdi. Em idênticas funções, em temporada seguinte, a propósito da *Aida*, Luís de Freitas Branco escreveu no mesmo jornal outra corajosa página de crítica, na qual, sem de nenhum modo renegar a posterior mensagem de Wagner ou de Debussy, exprimiu a sua admiração por esse grandioso fresco musical, cujas belezas se não limitam às estridências da marcha das trombetas pseudo-egípcias, mas continuam a ostentar-se vivas e dominadoras para quem sabe ouvi-las e compreendê-las.

Está presente o ilustre maestro e musicólogo, Sr. Sampayo Ribeiro, que, na sua excelente Colecção *Ópera*, tem salientado, em exames objectivos e ensinadores dalgumas óperas de Verdi, todo o valor que conservam e conservarão muitas das suas consagradas páginas, designadamente da *Aida*, do *Rigoletto*, da *Traviata*, do *Trovador*, a par doutras páginas inferiores — desigualdade que não deixa de ser uma das características do génio.

Opor então Verdi a Wagner teria feito sorrir o mais generoso ouvinte de tal disparate. Hoje não faltam musicólogos que o façam, com razões que não deixam bater-se pela desmesurada opulência da paleta wagneriana, comparada com a pobreza aguitarrada da primeira orquestra de Verdi. Quanto a mim — menos culto que Wagner, não tão grande como artista omnímodo, proteiforme, filho doutro clima, formado por outros mestres — Verdi excede o seu competidor germânico como músico dramático. Tinha a música teatral no sangue como nenhum outro compositor antes ou depois dele, designadamente as características de possuidor de uma arte directa, dinâmica, viva e dominadora. A sua fórmula melodramática no *Otello*, e no *Falstaff* afirmou-se mais vital que a wagneriana. E não apenas mais latina, mas mais universal.

NOTA: — *Esta conferência foi ilustrada por projecções na tela de numerosas fotografias, entre as quais a da fachada do teatro nos fins do século passado e vários retratos de Cimarosa, Paisiello, Rossini, Bellini, Donizetti, Verdi, Frondoni, Tamagno, Maurel, Teresa Stoltz, etc., e de cromotipias com cenas dalgumas óperas de Verdi.*

(Continua)

NOTÍCIA DE UM COMERCIANTE DA PRAÇA DE LISBOA

por J. M. CORDEIRO DE SOUSA

José Alves Branco foi um honrado comerciante da praça de Lisboa, onde teve matrícula por Alvará Régio de 9 de Junho do ano de 1790, registado sob a fol. 24 v. do livro respectivo. Era filho de João Alves Branco e de D. Joana Teresa de Jesus Gonçalves, e tio direito do Dr. Manuel Alves Branco, poeta e jurisconsulto notável, que foi Ministro da Fazenda e Presidente do Conselho do Império do Brasil e 2.º visconde de Caravelas.

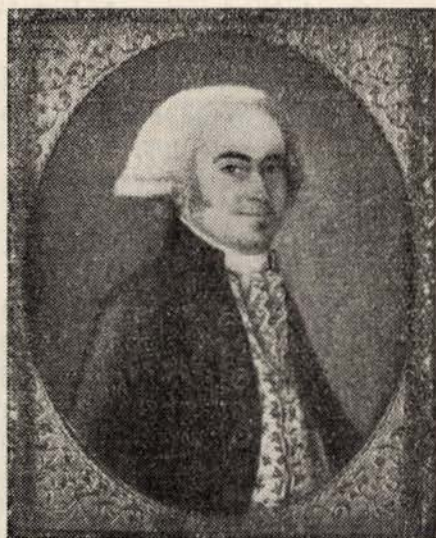
Estes Alves Branco, de origem transmontana ⁽¹⁾, foram bastante notáveis no movimento da emancipação brasileira, sendo um deles que, a 8 de Fevereiro de 1822, proclamou o Príncipe D. Pedro de Alcântara «Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil».

Nasceu José Alves Branco em 1763 na cidade da Baía, e aí seguiu a carreira comercial, como seu pai, até que em 1788, tendo resolvido transferir a sua casa para Lisboa, a 16 de Janeiro pede e obtém a necessária licença para seguir viagem para a Corte ⁽²⁾.

Era então um moço de 25 anos, de estatura regular, rosto comprido e de pouca barba, sobranceiras espessas e olhos claros, culto, cheio de vida, confiante no futuro e sobre tudo trabalhador infatigável.

Chegado a Lisboa, logo aqui se estabeleceu com sua «casa de negócio», sendo o principal uma carreira de navios para os portos do Brasil ⁽³⁾.

Achava-se porém muito só. Seus irmãos João, Domingos, António, Joaquim, Manuel, e D. Ana Joaquina de S. José, haviam ficado na Baía, a não ser talvez o Domingos, que em 1799 se doutorou em



JOSÉ ALVES BRANCO
Miniatura pertencente ao autor

⁽¹⁾ Vide *O primeiro Alves Branco que foi para o Brasil*, do autor, in «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa». Série 66.ª n.ºs 11 e 12. 1948.

⁽²⁾ Doc. 1. ⁽³⁾ Doc. 2.

Coimbra, e por sinal, mais tarde pretendeu ser nomeado Bispo do Maranhão. Mas como pela sua situação naturalmente travara relações com o alto comércio da capital, terá porventura conhecido em casa do velho negociante hamburguês Alberto Borchers, uma sua neta D. Ana Rita de Pimentel Maldonado, que então andava pelos 22 anos e era prendada e formosa, e com quem veio a casar em 7 de Janeiro de 1793.

Esta senhora era filha do tenente do regimento de Alcântara José Inácio Borchers de Pimentel Maldonado e de sua mulher D. Ana Josefa Joaquina Âncora, e neta materna de D. Teresa Joana Bicker Pimentel Maldonado, que por sua vez era 4.^a neta daquele António de Portocarreiro, que fundou a capela chamada «dos Portocarreiros» no claustro do cemitério do convento de Cristo em Tomar.

O génio empreendedor de José Alves Branco, e a sua propensão para os negócios, haviam-lhe proporcionado largos meios de fortuna que por vezes pusera ao serviço da Pátria nas difíceis circunstâncias que esta atravessara nos anos agitados que se seguiram ao insólito decreto de Aranjuez, e em 1804 concede-lhe o Príncipe Regente o hábito da Ordem de Cristo, com um padrão de 12:000 reis de tença, em reconhecimento do muito zelo com que concorrera «para as urgências do Estado», sendo recebido na igreja do convento de Nossa Senhora da Luz a 13 de Maio (4).

Três anos depois dá-se a primeira invasão francesa. A Família Real retira para o Rio de Janeiro, e José Alves Branco segue-a a bordo do seu navio «Canoa», conduzindo diversas famílias, entre as quais a da Condessa de Arcos, a do desembargador António Xavier Teixeira Homem, a do conselheiro Joaquim Guilherme da Costa Posser, a de um médico da Casa Real, três religiosos, etc., voltando, porém, para Portugal em Outubro de 1810 (5).

Depois oito anos decorrem sem que lhe encontre em papéis da Família qualquer referência digna de nota, até que no primeiro dia de Fevereiro do ano de 1818, morre na sua casa da Rua das Flores, sendo sepultado na vizinha igreja de S. Paulo.

Do seu casamento com D. Ana Rita de Pimentel Maldonado deixou cinco filhos: D. Iria Felisbela de Pimentel Maldonado, casada com Francisco De Roure; José Maria Alves Branco, que foi Subdirector da Administração Militar, casado com D. Quitéria Maria Ludovina de Brito, avós maternos do autor desta notícia; D. Maria José de Pimentel Maldonado, que casou com José Rodrigues, avô do benemérito fundador das escolas para cegos; António Romão Alves Branco; e D. Guilhermina Teresa de Pimentel Maldonado, que foi casada com José Lopes Bandeira.

(4) Doc. 3.

(5) Doc. 4.

DOCUMENTOS

1 — «O Dez.^r Presidente e Deputados da Meza da Inspeção nesta cidade da Bahia. Fazemos certo que Iozé Alves Branco, natural e baptizado na Freguezia da Sé desta Cidade, filho legitimo de João Alves Branco, e de Ioanna Tereza de Iezus, de idade de vinte e cinco annos, estatura ordinaria, Rosto comprido claro, sobranceiras grossas, olhos pardos, pouca barba, e uza de Cabeleira, o qual intenta passar á Cid.^e de Lisboa a ajustar contas com os seus correspondentes, e estabelecerse com negocio naquella Corte, não he Commissario Volante, p.^{1o} que deve livrem.^{1o} ser admetido na mesma Cid.^e em conformidade das Reaes Ordens. Em fé do que lhe mandamos passar aprezenste Attestação, por nós asinada, e selada com o Sello das Armas Reaes. Bahia em Meza de 11 de Ianeiro de 1788. Manoel Rodrigues Barretto escrivam da Meza da Inspeção a escrevy. (aa) Philippe Iose de Faria. Antonio Alz Vianna. Ant.^o Míz da Costa. Reg.^{da} a f. 127 L.^o 4.^o».

2 — «Dona Maria por Graça de Deos Rainha de Portugal; e dos Algarves d'aquem, e d'além Mar, em Africa Senhora de Guiné &. Faço saber a todas as Justiças, e mais Pessoas a quem o conhecimento desta pertencer, que por parte de Joze Alves Branco, Me foi presente acharse estabelecido com seu Negocio na cidade de Lisboa pedindo me, que o mandasse matricular por Negociante desta Praça e Havendo respeito á sobreditta representação e a me constar pela justificação a que se procedeu perante a Minha Real Junta do Commercio, que o supplicante se acha com effeito estabelecido com Caza de Negocio na mesma Cidade, com creditos sufficientes para o seu respectivo giro, fundos proprios e a necessaria intelligencia da Escriptionção, e arrumação dos Livros Mercantis: Fui servida de o mandar matricular por Negociante da refferida Praça de Lisboa, lavrando se Termo da sua matricula a folhas vinte, e quatro verso do respectivo livro, e nesta conformidade: Hey por bem, que o sobredito Joze Alvez Branco possa gozar de todas as Graças, Privilegios, e Jzencoens, que se achão concedidas aos Negociantes das Praças destes Reinos, pela Carta de Ley de trinta de Agosto de mil setecentos, e setenta: Pelo que Mando atodas as Justiças, e mais Pessoas a quem esta for apresentada, a cumprão, e guardem como nella se contem. A Rainha Nossa Senhora o mandou pelos Ministros abaixo assignados, Deputados da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação destes Reinos e seus Dominios. Simão Joze de Azevedo a fez em Lisboa a nove de Junho de mil setecentos, e noventa. Desta oitocentos reis. Theotónio Gomez de Carvalho afez escrever. (aa) Theotónio Gomez de Carv.^o João Roque Iorge. Por Despacho do Tribunal de 7 de Junho de 1790».

3 — «Dom João por Graça de Deus Principe Regente dos Reynos de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa da Guiné da Conquista Navegação Commercio da Ethiopia Arabia Persia da India e do Mestrado Cavallaria, e Ordem de Nosso Senhor Jezus Christo, Faço saber aos que esta Minha Carta de Padrão virem, que attendendo a ter Joze Alves Branco, Negociante da Praça desta Cidade concorrido com muito zello para as urgencias do Estado. Houve por bem em Remuneração fazer lhe Mercê do Habito da Ordem de Christo e Doze mil Reis de Tença effectiva, do que se lhe passaria Padrão, e se assentarião, em hum dos Almojarifados do Reyno, em que couberem sem prejuizo de Terceiro, como houver prohibição; com ovencimento na forma das Reaes Ordens para os lograr atitulo do Referido Habito que lhe tenho Mandado lançar. A complemento do que Hey por bem, fazer mercê no dito Ioze Alves Branco de Doze mil Reis de Tença effectiva cada anno em sua Vida sómente, para os lugrar a titulo do dito Habito, os quaes se asentarão em hum dos Almojarifados do Reyno em que couberem sem prejuizo de Terceiro e não houver prohibição com o vencimento de Vinte de Março do corrente anno; que foi o dia do Despacho desta Mercê, the o do assento para na forma que Eu fôr Servido Rezolver, na Consulta que se Me fez pelo Conselho de Minha Fazenda; com declaração porem, que do tempo, em que não tiver cabimento, ou depois de o ter, se em algum, ou mais annos lhe ficarem por pagar, por falta de rendimento se lhe não hão de passar Proviçoens, para o Thezoureiro Mor do Meu Real Erario, nem produzirão obrigação de divida, mais que no Almojarifado, em que forem assentados como Ordenei por Decreto de dezasete de Janeiro, de mil seis Centos Oitenta, e nove: Pelo que Mando ao Prezidente, e Ministros do Conselho de Minha Fazenda, lhe fação assentar, em hum dos Livros do Assentamento os ditos Doze mil Reis, e levar em cada hum anno, em Folha como dito he. Porquanto pagou nove mil Reis, dos trez quartos da dita Tença que forão carregados ao Thezoureiro Mor do Meu Real Erario a f. 116 do Livro 10 de sua Receita como Constou por Provição da Meza da Consciencia e Ordens. Registada na Chancellaria das mesmas a f. 142 v. do Livro de semelhantes. E por firmeza de tudo he mandei dar esta Minha Carta Padrão por mim assignada e selada com o sello pendente da dita Ordem a qual será Registada nos Livros do Registo de Minha Fazenda, Chancellaria, e Mercês e posta a Verba a margem do Registo da Portaria pela qual se obrou. Lisboa dez de Mayo de mil Oito Centos e quatro. (a) O Principe J».

4 — «Manda o Principe Regente N. S. que se não ponha impedimento algum ao embarque de Jose Alvez Branco com outra Pessoa da sua Familia, e quatro caixões do seu fato. Palacio do Governo em 15 de Outubro de 1810. (a) D. Miguel Pr.^a Forjaz».

IGREJA DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS

INSCRIÇÕES LAPIDARES; SACRISTIA

por BOAVENTURA DE NORONHA

A fertilidade do solo e a proximidade do Tejo, cedo, determinaram a fixação do ser humano na região dos Olivais por lhe proporcionarem meios de subsistência fáceis e abundantes.

Quando a fidalguia citadina regressava da Índia e do Brasil com os baús encoirados cheios das riquezas acumuladas, podia permitir-se o luxo de construir vivendas e casas de campo nos pitorescos arrabaldes da Capital. Isoladas no remanso misterioso das sombras e murmúrio das fontes, dentro de grandes quintas, serviam especialmente como estâncias de verão e não raro de refúgio durante as muitas e variadas epidemias que empestavam os ares lisboetas, ou de improvisados sanatórios a éticos e debilitados. Nos Olivais foram residir várias famílias distintas ou apenas endinheiradas, sobretudo a partir do século XVII e, em maior número, na 2.^a quinzena do século passado. Indiferentes ao progresso, ainda pastam rebanhos de ovelhas e lavram juntas de pacíficos bois nesta recente ⁽¹⁾ freguesia olisiponense, agitada por intensiva industrialização nos últimos anos.

Pouco se conhece acerca da época da fundação do templo parquial. Já contava muitos anos de existência quando, por volta de 1420, teve aí a primeira sede a Congregação dos cônegos evangelistas (loios), segundo assevera Fr. Agostinho de Santa Maria. Discretamente refere este piedoso cronista ⁽²⁾ a remota tradição do aparecimento da Virgem sobre o tronco duma oliveira que para memória se conservou na sacristia durante muitos anos.

À entrada do adro, ergue-se singelo cruzeiro. Na base, pode ler-se em uma das faces: ESTA C/RVS HE DE / NOSA SNO/RA DO ROZAI/RO E FRco DE PA/IVA A DEV POR/ SVA DEVASAÕ/ NA ERA DE 1636/ ANOS. A igreja, construída sobre terrenos terciários (Mioceno), sofreu grave ruína com o terramoto de 1775 ⁽³⁾. Perdeu-

⁽¹⁾ Em 1852 foi criado o Concelho dos Olivais, composto de 21 importantes freguesias e suprimido em 1886.

⁽²⁾ Santuário Mariano — Fr. Agostinho de Santa Maria — Tomo 1.º (1707).

⁽³⁾ História Universal dos Terramotos — Moreira de Mendonça.

-se infelizmente a Memória Paroquial de 1758, que poderia dar notícia valiosa a tal respeito. O suplemento existente na Torre do Tombo (4) deixa porém concluir que os estragos teriam sido grandes, pois o prior viu-se constringido a transferir a residência para as «barraquinhas» improvisadas junto ao convento de S. Bento (edifício da Assembleia Nacional). As escassas informações publicadas acerca da Igreja dos Olivais depois das que lhe dedicou o cronista mariano, pouco ou quase nada lhe acrescentam, repetindo-se com subserviência sem qualquer fundamento de investigação local (5) ou arquivística. A fachada reconstruída no século XVIII não atrai a curiosidade. A mesma expressão fria e banal se reflecte no interior, ao penetrarmos no templo. Surpreende a sobrevivência — que não a invulnerabilidade — ao tempo, e ao mau gosto, de vários motivos de interesse artístico ou arqueológico, como raras esculturas, azulejos, talha e mobiliário da sacristia, as inscrições sepulcrais, inéditas ainda, mudas algumas para sempre. Recorremos ao nosso Amigo e consócio, Sr. J. M. Cordeiro de Sousa, douto epigrafista, para obtermos a leitura das inscrições da capela-mor, tarefa muito dificultada pelo desgaste que as seis lápides têm sofrido. Eis o que devido à sua amabilidade pudemos arquivar, renovando-lhe agora com elevado apreço o agradecimento: Na 1.ª pedra já não é visível qualquer inscrição; apenas conserva o sulco da orla que a emoldurava. A 2.ª epigrafada em caracteres góticos tem parte da cabeceira encoberta pelo degrau do altar.

.....
D BRITO E D BRIATIZ COREA
 (S)UA MOLHER E ERDEIROS E FA
 B
 D LB Y AOS
 D

 S
 DE

3.ª lápide; caracteres latinos:

ESTA SEPVLTVRA HE DO D/OVTOR LVIS DALMEI(D)/A E DE SEVS ERDEIROS

(4) Memórias Paroquiais, 1758 — Livro 42.

(5) Para ex. basta lembrar que o artigo sobre Santa Maria dos Olivais publicado na Encyclopedia Portugueza Illustrada, de Maximiano de Lemos (Vol. III), aparece ilustrado com o púlpito da igreja de Santa Maria do Olival, de Tomar, como sendo o da freguesia de Lisboa.

4.ª lápide; caracteres góticos:

ESTA SEPULTURA HE DE SYMA DE GOY/A (?) E DE SUA MO-
LHER DONA LIANOR / DE BULHAM

Consta da tradição haver a sepultura pertencido a descendentes de Santo António, decerto pelo apelido de D. Leonor.

5.ª lápide. Só apresenta vestígios de duas letras latinas. A última, de mármore negro, não acusa indício algum de inscrição.

Para lá da antiga sacristia, no corredor que faculta o acesso ao coro, revestido com um pano de azulejos enxaquetados (azul e branco) do séc. XVI, existe um grande mármore tumbal brasonado, com 270 cm × 135 cm, na retaguarda da capela, agora chamada de N. Sr.ª de Lourdes, que pertenceu aos Alpoins. É a: S^a DE GVOMES DA(L)POI / DE BRITO E DE SVA MO/LHER DONA ANA E DE/ SEVS ERDEIROS

O antebraco que serve de timbre segura na mão a discutida divisa que diz: DAMAE DE PVIT: O brasão dos Alpoins com 5 flores de lis no escudo postas em santor, repete-se no fecho do arcossólio da sua capela com o letreiro completo NOSTRA DAMA D PVIT e numa das pias de água, colocadas à entrada principal. A outra ostenta um escudo com 4 bandas, que supomos pertencer aos Ataídes.

Gomes de Alpoim de Brito, neto de Amador de Alpoim, instituidor do Morgado da Quinta dos Marcos, viveu abastado e fundou os Morgados de Almosteis na Charneca do Lumiar e Barcarena (6). Tirou brasão de armas em 17.XI.1537 que mandou lavrar na sepultura. Casou com sua prima, Ana Figueiroa de Barros. Faleceu aos 25 de Abril de 1621 e sua mulher em 7 de Novembro de 1609. Ignoramos se existem outras inscrições sepulcrais ocultas sob o sobrado. Pelo registo obituário (7), verifica-se ter sido em 1592 a primeira inumação efectuada dentro da igreja, a que se fez referência.

Merece reparo pelo valor do recheio a actual sacristia, construída especialmente para o receber, embora com minguados recursos. Dois arcazes de madeira exótica, com tampos de embutidos, alçados com pinturas e ferragens cinzeladas, ocupam os lados maiores da sala. Completa o mobiliário um armário de canto, com numerosas gavetinhas, da mesma madeira e boas ferragens. Na parede do fundo ergue-se um altar e grande retábulo-relicário, de talha dourada, tendo ao centro, num nicho envidraçado, a imagem de N. Senhora dos Olivais que, segundo a tradição, teria sido esculpida na oliveira da aparição ma-

(6) Nobiliário de Famílias de Portugal — Felgueiras Gaio.

(7) Arquivos Paroquiais, em S. Vicente — Obituários — Tomo 1.º (1586-1617 — Freguesia de Santa Maria dos Olivais).

riana. No arquivo existe, além de curiosos livros de desobriga (1774-1778, 1858-1859) e rol de confessados, o «Livro em que se conservão as assinaturas das Pessoas Reaes, que servirem ao Santissimo Sacramento como Juizes desta sua Irmandade da Paroquial Igreja de N. S. da Assumpção dos Olivaes. 1765», encadernado em marroquim vermelho com ferros a ouro. Contém apenas três autógrafos, entre eles o do Infante D. Pedro. O mobiliário, do séc. XVIII, proveio do próximo Convento de S. Cornélio, de frades arrábidos, após a extinção das Ordens religiosas em 1834⁽⁸⁾. Resultou o Convento da transformação da Convalescença (hospício) instituída pela generosa doação de João Borges de Moraes, sargento-mor, fidalgo da C. R. e comendador da O. de Cristo, e de sua mulher, D. Maria da Silva. Pela escritura celebrada em 29-9-1674, cederam-lhes a quinta de Nossa Senhora da Estrela e S. João Baptista, que constava de pomar, casa e ermida. Por ela também se obrigaram, como padroeiros, a estabelecer e manter ali uma Convalescença. Três anos mais tarde, o magnânimo benfeitor, depois de enfiuvar, transferiu a residência em Lisboa para junto dos franciscanos e acabou por lhes legar tudo o que possuía. São deste teor as palavras lavradas no testamento com grande humildade e sentimento religioso⁽⁹⁾. «Para fazer a casa da Convalescença com o seu mantimento, e vestuário, por me achar ao presente falto de cabedaes, como por ver que os Padres ficavaõ apertados, e sem largueza, depois de Deos ter levado a minha mulher D. Maria, me resolvi a largar as minhas casas, em que vivia, e as mais, em que accomodava a minha fazenda, e o que tinha de regalo, como era pomar, e poço com nora, olival, e grandes parreirae, adega de vinhos, e lagares, pondo os olhos no Ceo, lhes dey tudo pelo amor de Deos, fazendolhes muro, e Clausura, pezando-me porque não era de muito mayor estimação para com mayor vontade lho dar, como dey a Deos Nosso Senhor, e ao Padre S. Francisco, ficandome na rua, até que Deos me desse onde podesse fazer um buraco, em que me meter, com o que minha alma ficou muito consolada...» Pareceu aos franciscanos mais conveniente continuarem a utilizar para seus doentes o hospício que possuíam em Lisboa. Aproveitaram a quinta de N. Sr.^a da Estrela para nela fundarem o terceiro convento da Ordem, o que conseguiram em 1677. Ficou a designar-se por Convento de S. Cornélio⁽¹⁰⁾, depois de edificado o templo (1710), construindo-se mais tarde novos dormitórios e oficinas.

(8) Monumentos Sacros de Lisboa em 1833 — Luís Gonzaga Pereira.

(9) Chronica da Provincia da Arrabida — Fr. Joseph de Jesus Maria — 1737.

(10) Gonzaga Pereira — Obr. cit. — Um pouco ao sul do Cemitério dos Olivais, conservam-se ainda de pé, até à altura das padieiras, os restos da frontaria da igreja e do convento. A fachada completa, pode ver-se no desenho de Gonzaga Pereira que ilustra a obra.

PARA QUE TÊM SERVIDO OS CONVENTOS EM PORTUGAL

por NORBERTO DE ARAUJO

A obra de construção de novos aquartelamentos em várias regiões militares prossegue com celeridade. Em Lisboa — onde se pretende afastar, compreensivamente, os quartéis do centro da cidade — estão a realizar-se constantemente melhorias e ampliações dos serviços militares. Quartéis novos seria o ideal.

Queremos lembrar que, depois de 1835, a seguir à extinção das ordens religiosas, muitas das dezenas de conventos de Lisboa serviram de aquartelamentos. E ainda hoje, transformados ou não, seguem aquele destino militar ou militarizado.

O convento das Necessidades, dos religiosos de S. Filipe Neri, só há pouco tempo deixou de ser sede do Quartel General do Governo Militar de Lisboa e de outros serviços.

O convento da Penha de França, dos Agostinhos Descalços, alojou, sucessivamente, os regimentos de Artilharia 1 e 4, Infantaria 12, Infantaria 1, Batalhão de Artífices Navais, depois o Regimento de Telegrafistas, e, a seguir, a um destacamento misto, o 1.º Grupo Ligeiro de Artilharia Anti-aérea.

O convento da Graça, dos Eremitas de Santo Agostinho, é sede de uma companhia de saúde e de adidos, depois de ter albergado, a partir de 1834, Infantaria 10, Infantaria 5, durante muitos anos, episódicamente Infantaria 32 e 30, um esquadrão da G. N. R. e duas companhias de reformados.

O convento dos Loios, dos cônegos de S. João Evangelista, serviu de quartel da Guarda Municipal, e hoje de uma companhia da G. N. R.

O convento dos Paulistas é também sede de uma companhia da G. N. R., que sucedeu à Guarda Municipal, como esta a um batalhão de artífices engenheiros.

O convento de S. João de Deus, nas Janelas Verdes, é sede de um batalhão da G. N. R., depois de ter albergado, durante muitos anos, Infantaria 2.

O convento do Carmo dá instalação ao comando-geral da G. N. R. e a unidades de cavalaria e infantaria.

No convento da Penitência, da Rua da Estrela, está também uma companhia da G. N. R., e principiou por ser sede de uma companhia da Polícia.

O Coleginho de Santo Antão, sobre a Mouraria, está dado a serviços militares.

Os hospitais militares também se instalaram, e estão, em antigos conventos.

O Hospital Militar Principal ocupa o antigo convento de Nossa Senhora da Estrela, e um serviço hospitalar militar instalou-se no antigo convento da Boa Hora, na Ajuda. Uma parte da cerca do convento do Coração de Jesus, na Estrela, é também hospital militar.

O Hospital da Marinha instalou-se desde há muito, após transformações, no edifício que foi dos Jesuítas de S. Francisco Xavier, sucedendo ao hospital da Armada Real.

No convento de Santa Joana está uma esquadra de Polícia. No que foi o convento das Agostinhas (grilas) no Beato, estão os serviços importantes da Manutenção Militar. O convento do Sacramento, em Alcântara, está entregue a serviços militares. O antigo convento de Chelas é fábrica de pólvoras do Ministério da Guerra.

Em resumo: 19 edifícios conventuais, pelo menos, estão dados à tropa ou a seus serviços. Há a notar, ainda, o quartel principal dos Bombeiros, da Avenida de D. Carlos, que ocupa o antigo convento da Esperança, muito transformado.

Mas os conventos serviram para tudo. Eis uma síntese, incompleta, sem dúvida.

Hospitais estão nos edifícios de antigos conventos de Santa Marta, Santo Antão (Hospital de S. José), Capuchos, Desterro, Rego e Rilhafoles.

Asilos ou casas de assistência estão nos Jerónimos e na Madre de Deus (Casa Pia), no convento de S. João Nepomuceno (Asilo de Santa Catarina), no antigo convento das Salésias, no que foi o convento da Conceição, em Marvila, no de S. Pedro de Alcântara (Misericórdia), no edifício da Companhia de Jesus (S. Roque), no convento dos Cardais, das Carmelitas (cegas), no antigo Conventinho (Santa Engrácia), e recolhimentos de senhoras nos conventos da Encarnação, de Santos-o-Novo, dos Agostinhos (grilos), no Beato, na casa de Lázaro Leitão, Cruz da Pedra. O convento do Rato é sede da Direcção Geral de Assistência.

O convento da Boa-Hora serve a tribunais, o das Mónicas a prisão de mulheres, o de Jesus é sede da Academia de Ciências, o de Santa Apolónia, das claristas, pertence à C. P.; o grande convento de S. Francisco à Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes e Museu; o admirável edifício que foi de S. Bento da Saúde, depois de ter sido as cortes e o Palácio do Congresso, é o Palácio da Assembleia Nacional e a Torre do Tombo; o convento de S. Bento de Xabregas é fábrica de bolachas, o do Quelhas o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiri-

ras, o das Flamengas, no Calvário, é o Instituto Ultramarino; o dos Caetanos deu o Conservatório Nacional; o de S. Vicente foi, até há pouco tempo, liceu e é sede de serviços públicos; no do Coração de Jesus (Estrela) estão os Serviços Geográficos e Cadastrais; o que resta do convento das Albertas faz parte do Museu das Janelas Verdes, e a igreja do convento do Calvário é esquadra de Polícia. A sede do comando geral da Polícia de Segurança e esquadra, ocupa parte do convento de S. Francisco (renovada, mas ainda com pátio primitivo).

E estão ainda de pé, a esperar destino, ou adaptados, os conventos das Trinas, das Bernardas, dos Marianos, da Trindade (onde existem claustro e vestígios), do Espírito Santo da Pedreira (Aramazéns do Chiado), da Boa Morte, de S. Domingos (restos numa fábrica de chouriços). Desapareceram o das Francesinhas, das Convertidas, de Sant'Ana, da Rosa, de S. Filipe Neri, de Santa Clara, do Livramento, dos Barbadinhos franceses, da Anunciada, entre outros.

A história dos conventos, das suas desgraças e transformações, dava um belo livro ao sr. Matos Sequeira.

(Transcrito, com a devida vénia, do «Diário de Lisboa» de 25/8/950).

EM DEFESA DOS REGISTOS DE AZULEJOS

pelo Eng. AMÍLCAR DE MELO

Amigos de Lisboa: Qual de vós não sentiu ainda, ao deambular nas vossas peregrinações, através da Cidade que Vos é querida, e ao contemplar algumas das suas vetustas paredes em prédio antigo e mais ou menos cuidado, palpitar um pouco mais apressadamente o vosso coração ante a graça, a delicadeza, o mimo, ou a religiosidade dos painéis ou registos de azulejos que as adornam, e simultaneamente embelezam algumas ruas, becos, arcos, páteos, ou escadas?!

Quem, ao contemplá-los não sentiu um misto de dor, de vergonha, ou de revolta, ante o atentado ou a selvajaria *já provocada maliciosamente por garoto ou ébrio, já provocada pelo tempo de mãos dadas com um proprietário pobre em demasia, ou de todo alheio às coisas de Arte*, ante um registo com uma fiada de azulejos em falta, ou com os olhos de algumas das imagens registadas espicaçados, ou figuras danificadas por terem servido de alvo à pontaria das pedras de garotos sem educação, nem respeito?!

Perdidos nas ruas, ruelas, becos, páteos, arcos e escadas, há quadrinhos de arte mais ou menos ingénua, em que se retrata a alma pura e primitiva do povo, pedindo a protecção divina à Mãe de Deus e dos Homens, à Padroeira do povo, a São Marçal, a Santo António, a São Francisco, de Borga (sic) e a outros santos mais da sua devoção, ali mandado colocar pelo proprietário do prédio perante a ameaça dum atentado de peste, de fogo, ou de outra calamidade mais ou menos aterradora, em voto de pedido de protecção contra tal calamidade ou de agradecimento por a ela ter sido poupado.

E aí ficaram pelos anos fora, a atestar um período solene na história da cidade, os singelos registos de um palmo por dois, até aos mais grandiosos de um côvado de largura por uma vara de altura.

Cumpre-nos, a Vós, dilectos amigos de Lisboa, e a nós, simples amigos da Cidade, ou por vezes simples simpatizantes das coisas de arte e das velharias ou ninharias mais ou menos arcaicas, a defesa desses azulejos.

Houve já quem tivesse levado a sua amizade a deles fazer o seu inventário, tão completo quanto possível. Houve quem fotografasse muitos deles, e tenha a si imposto a tarefa de os coleccionar a todos (ainda existentes), e para isso se quedasse horas inteiras, nas suas cercanias, esperando o momento mais propício para os fotografar. E que difícil essa fotografia!

Desde a dificuldade em fotografar as cores azuis, por vezes de um azul muito desmaiado, à dificuldade de evitar os reflexos do seu vidro, prejudiciais para a nitidez do assunto focado, quantos inéxitos antes que se obtenha uma prova que possa ser considerada, senão ótima, pelo menos apresentável.

Há os de cor uniforme, todo a azul, há-os azuis e cor de vinho, ou cor de mosto, há os azuis, cor de vinho e amarelo. Há os registos que apresentam uma única imagem, há os que apresentam duas imagens a par, há os que apresentam três imagens, sendo uma em maior formato, central, e duas outras, uma de cada lado, em menor formato. Há os em rectângulo, ou em oval, há os com cercaduras com curvas mais ou menos caprichosas, de fino recorte, e de remates mais ou menos alindados. Mas todos eles merecem a nossa maior amizade, e um grande preto de estima e veneração!

Quantos milhares de pessoas, irmãos ou parentes nossos, nossos antepassados, simples conhecidos ou amigos, esses registos viram perante si desfilar! E viram-nos nos múltiplos aspectos da vida; ora apressados, ora lentos, ora alegres, ora tristonhos, ora descuidados, ora vigilantes; mas sempre as mesmas imagens os contemplaram na mesma atitude bondosa e complacente perante as nossas passadas.

Dado o facto consumado de atentados à sua integridade, em número já avultado, de registos retirados, ou imensamente danificados (recordemos a este respeito o valiosíssimo registo de grandes dimensões do cardóz e poente da igreja da Penha de França), é necessário que nos congreguemos na defesa intransigente dos que restam, e procurar interessar na sua defesa a Direcção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, a Direcção Geral dos Serviços Culturais e Artísticos do Ministério da Educação Nacional, e todos os serviços artísticos congéneres, obtendo a publicação de diplomas ou medidas bastante eficazes para a sua defesa e protecção.

Velhos registos há ainda em entradas de quintas de aspecto senhorial, em azinhagas tortuosas, pouco frequentadas, ou mal frequentadas, onde é raro o trânsito de pessoa culta que possa zelar pela conservação dos registos, mas onde diariamente passam humildes servidores da Câmara (do serviço de limpeza). Mas é preciso chamar directamente, por documento escrito, a atenção dos proprietários dos prédios, e dos seus moradores, para a incumbência que naturalmente lhes caberá de velar pela integridade dos registos, e pela sua defesa perante os ataques da garotada, ou por obras que aqueles servidores poderão vigiar.

Da própria Câmara haverá que solicitar, quando um prédio entra em obras para a sua conservação, que, por parte dos seus técnicos da Repartição de obras de edificios, haja o cuidado de verificar se no prédio existem esses registos, e determinar uma rigorosa fiscalização na conservação e cuidado com os azulejos que compõem o registo.

Temos presente a nótula: «Registos de Azulejos e Lápides Brasonadas» que constitui os números XXII e XXIII da colecção Arte Portuguesa, publicada por Nuno Catharino Cardoso, em 1937, em edição do autor. É um interessante e valioso trabalho, e pelas fotografias que o acompanham se verifica que o autor se ocupou igualmente da fotografia de alguns dos registos, o que igualmente temos feito.

Tem o signatário uma colecção de umas dezenas de fotografias de registos não só da cidade mas das suas cercanias, que poderá fornecer à entidade oficial ou de interesse público que pretenda fazer o inventário gráfico dos registos presentemente existentes.

Não nos move outro motivo que não seja a defesa do património cultural e artístico da Cidade de Lisboa, e por feliz nos daremos se estas nossas desprezíveis palavras tiverem o condão de chamar a atenção dos Serviços oficiais na defesa eficaz dos Registos de Azulejos de Lisboa e Arredores.

NOTA — Publicamos gostosamente este escrito, pelo que revela de atenção carinhosa, por parte de um Amigo de Lisboa, a esses decorativos documentos cerâmicos, geralmente conhecidos por *Registos de Azulejos*, mas não queremos deixar que o ensejo passe sem que se dê notícia — e notícia tranquilizadora para os defensores do património artístico da cidade — de que a Câmara Municipal de Lisboa, no intento de os conservar e de os preservar de atentados, por algumas medidas regulamentares, mandou já proceder ao seu Inventário, como ao de todos os monumentos municipais. Este trabalho já concluído será em breve publicado, e servirá de base ao estudo de leis de defesa que se tornam essenciais.

A Direcção de «Olisipo»

A MOURARIA

O PALÁCIO DA ROSA E OS TEMPLOS DE S. LOURENÇO E DO COLEGINHO

por FERREIRA DE ANDRADE

(Conclusão)

À incúria e ao abandono seguiu-se o restauro salvador levado a bom termo pelo visconde da Várzea. Em poucos meses o Palácio da Rosa ressuscitava das suas próprias cinzas. Não voltaria, é certo, à grandeza espectacular dos grandes palácios de corte — impossível era repor naquelas salas as preciosas *boiseries* da galeria, os móveis riquíssimos, os damascos admiráveis, roubados num saque de muitos meses, a altas horas da noite — mas de novo este palácio secular voltou à sua função de residência nobre de uma das principais famílias de Lisboa.

Antes mesmo das grandes obras com que o visconde da Várzea beneficiou o palácio, em 1899, já uma revista da capital⁽⁷²⁾ assim se lhe referia: «nesta época tão profundamente esquecida das velharias gloriosas do nosso passado histórico, faz-nos bem ao espírito a lembrança de que existem alguns, embora raros, que sabem comemorar com religioso acatamento as nobres e gloriosas tradições desse passado».



Datam, porém, de 1888⁽⁷³⁾ os primeiros pedidos à Câmara para transformações no palácio⁽⁷⁴⁾. As obras depois arrastaram-se durante alguns anos; mas só em 1903 se realizaram as principais, e, entre elas, a do aumento de um andar com a transformação do salão existente.

Em 1906 ainda as obras não estavam concluídas. Nesse ano construíram-se dois muros de suporte, que formavam um ângulo recto, no terreno situado na extremidade do jardim do palácio⁽⁷⁵⁾.

(72) *Portugal, Brasil.*

(73) Pedido para a construção de uma cocheira.

(74) Vários processos de obras (Arq. da C. M. L.).

(75) Idem. Em 1919 foi construída mais uma divisão sobre a sala de jantar.



O Palácio da Rosa não tem, arquitectònicamente, interesse algum. Incaracterístico e pobre, mesmo no seu aspecto exterior, tem, no entanto, certo ar de nobreza e austeridade. Sobressai, nas linhas singelas da sua fachada, abrindo para amplo pátio da entrada, o portal emoldurado de cantaria e encimado por graciosa composição heráldica: o escudo dos viscondes de Vila Nova da Cerveira (Limas, Nogueiras, Vasconcelos, Britos e Teles de Silva) com a coroa de conde e ladeado de dois minazes leões.

«É um edifício assimétrico e sem beleza — escrevia em 1905 Malheiro Dias ⁽⁷⁶⁾ — onde predomina o estilo das construções do século XVII com um ar de caserna ou de convento velho. Nem uma fresta ogival ou colunelo gótico lhe atesta sequer a antiguidade venerável. Sete séculos passaram por ele destruindo sucessivamente os vestígios do século anterior, sobrepondo as suas arquitecturas dominantes às arquitecturas primitivas: ao arco românico sucedendo-se a ogiva gótica, à fresta manuelina ou gemada substituindo-se a janela da Renascença, a nova parede, escondendo o velho botaréu, as salas crescendo sobre os terraços, os tectos artesoados ocultando as abóbadas, as torres descendo ao nível dos telhados.»

Já estava, nesse ano de 1905, reintegrado na sua vetusta dignidade — na função secular de residência nobre de uma das mais nobres famílias do reino.

João da Silveira Pinto da Fonseca, visconde da Várzea, reposteiro-mor da casa Real, salvara-o, de facto, de uma ruína quase completa. O Palácio da Rosa voltara à sumptuosidade de outras eras.

E os anos passaram. Outra geração se sucedeu.

Quem poderá neste dobrar do século XX em que na voracidade de uma vida nova se aniquilam as casas senhoriais, saber qual o destino, amanhã, do mais velho lar lisboeta, do palácio vetusto de S. Lourenço?



Entrando o portal brasonado do palácio depara-se-nos amplo pátio empedrado e nele uma série de painéis de azulejo policromo. A maioria data da época do restauro do palácio — 1904-1906 — e imita os outros seiscentistas que ainda se lá vêem. Alternando com os brasões da família e os bustos sobre plintos do 3.º Conde de Castelo Melhor, João Gonçalves Zarco, Pedro Álvares Cabral e Martim Moniz, vêem-se os seguintes painéis da autoria (ou restauro) do pintor Pereira

(76) *Cartas de Lisboa*, vol. II, pág. 106.

Cão, com ornamentos simétricos, estilo Luís XV, ligados por festões de flores e pintados a azul sobre fundo amarelo alaranjado: a condessa de Castelo Melhor, de perfil, a cavalo; marechal Silveira, conde de Amarante, também a cavalo, de frente, em batalha contra os franceses; ao centro destes dois estão os que representam a descoberta da Ilha da Madeira e o feito de Martim Moniz na porta do Castelo.

Ao fundo do pátio segue-se o átrio revestido de azulejos seiscentistas e logo a seguir a escadaria nobre, em dois lanços, com as paredes igualmente forradas de azulejo. À direita fica a sala de bilhar com silhares dos azulejos policromos e depois uma saleta onde estão os três painéis que Batistini pintou: a descoberta do Brasil; os cumprimentos da nobreza ao visconde de Ponte de Lima pela sua subida ao poder após a saída do Marquês de Pombal e a fábula do anel da benção que nos recorda uma lenda curiosa e de grande tradição.

Outras salas se seguem até atingirmos o salão nobre, ou sala de baile, conhecida antigamente por «Sala do Trono». Foi transformada por ocasião das últimas obras de restauro — a parede que a separava de uma ante-sala foi demolida e, em sua substituição, ergueram-se colunas de cristal com capitéis decorados.

Neste salão — o único de Lisboa que conservou o trono, onde tantas vezes se sentaram os reis de Portugal — vêem-se nas paredes forradas de brocado alguns quadros dos antepassados dos fidalgos proprietários do palácio: O conde de Castelo Melhor, ministro de D. Afonso VI; o 1.º marquês de Ponte de Lima, mordomo-mor de D. Maria I; Pedro Álvares Cabral, com armadura de ferro e a insígnia de capitão-mor da armada real; da princesa Maria de Hohenoe, esposa do 12.º visconde de Vila Nova da Cerveira e de D. Maria Rosa de Noronha, condessa de Castelo Melhor. Outro grande salão⁽⁷⁷⁾ se segue a este, construído na antiga galeria.

Um outro salão que merece também ser mencionado é a sala de jantar, vastíssima e com preciosas loiças — do Japão, de Sèvres, da Índia e, sobretudo, as faianças inglesas e os serviços de Wedgewood — e admirável mobília de carvalho.

(77) «Segue-se a esta sala — escrevia em 1905 Malheiro Dias — a sala maior de recepção, onde sobressaem uma mobília dourada de estofos antigos de setim com flores pintadas e bordadas e sobre a mesa ao centro um relógio de bronze, em forma de tripode, com o mostrador esférico, coroado por uma águia e assente no dorso de três cavalos alados. É esta maravilhosa peça, obra-prima do século XVIII, a jóia do palácio de Rosa, que possui em bronzes cinzelados, lâmpadas, candelabros e serpentinas, talvez uma das melhores colecções de Portugal. A França guarda como uma preciosidade, no Palácio de Fontainebleau, um relógio igual, que figurou no museu de artes retrospectivas da última Exposição de Paris no *Petit Palais*».

A IGREJA DE S. LOURENÇO

É dos templos mais antigos de Lisboa. Vizinho dos de Santo André, de S. Cristóvão e de Santa Justa, foi, decerto, das primeiras edificações religiosas que, para além das muralhas da cidade, se ergueram como uma afirmação do desenvolvimento da urbe. Lisboa cristã, nestes alvares da nacionalidade, estendera-se já pelas escarpas, descera da cripta ameiada da Alcáçova aos córregos do Tejo que corriam caminho de Arroios e de Valverde.

A meio da encosta, numa achada estreita, roçando quase com a estrada que circundava o *oppidum* romano, frente voltada ao rio, uma cruz mais erguia os seus braços nesta Lisboa que recebera havia pouco o baptismo de Cristo.

A sua existência é certa já em 1220 ⁽¹⁾, e, provavelmente, nos últimos anos do reinado de D. Sancho I ⁽²⁾.

É, portanto, anterior à data a que tem sido atribuída a sua construção.

Pelo facto de Pedro Nogueira, físico de El-Rei D. Dinis, ter instituído em 1296 o morgado de S. Lourenço e, decerto também, a capela de Santa Ana, tem-se-lhe imputado a fundação do templo.

Na *Pedatura Lusitana* ⁽³⁾ escreve o seu autor: *Mestre Pedro Nogueira... q̄ foi medico E q̄ se chamou Magister Petrus de St.º Laurentio Ulisbon... q̄ fora Ch^{or} mor del Rei D. Dionis. Foi o 1.º fundador do morgado de Santa Anna instituído em S. Lourenço de Lisboa e também em Santa Cruz do Castelo, fundou a mesma Igreja de S. Lourenço cujo padroado juntou ao morgado como cabeça q̄ por esta razão se chama o morgado de S. Lourenço: foi do Cons.º del Rei D. A.º 3.º morreo no ano de 1300 jaz enterrado na d.ª Igr.ª de S. Lourenço cõ o epitafio seguinte: aqui jaz o muito honrado e discreto P.º Nogueira q̄ foi do Cons.º del-Rei D. A.º 3.º e foi o 1.º fundador desta Igr.ª E dos morgados delle; finou-se na era da encarnação de 1300 / Depois de viuvo se fez clerigo, e teve muitos beneficios E então no anno de 1296 instituiu o morgado. Foi casado com D. Sancha a qual esta enterrada a porta da Sé de Lisboa.*

No *Dicionario Geografico* ⁽⁴⁾ informa-nos o padre Luís Cardoso:

(1) *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, pág. 57 — artigo de Rui de Azevedo.

(2) *Relação das várias igrejas de que El-Rei é padroeiro nos bispados do Porto, Lamego, Tuy, Lamego e Lisboa (Livro das gavetas, gaveta 19, Março 14, n.º 7)* — ano de 1209 cu 1229.

(3) Vol. III (I), pág. 93 — Cristóvão Alão de Morais.

(4) Vol. XX, fl. 87.

He esta Parochial Igr^a de S. Lourenço por sua fundação antiquíssima por ter principio no ano de 1296 como se vê dos documentos dos seus Padroeyros os Ex.^{mos} Biscondes de Vila Nova da Cerveyra seu fundador.

Por sua vez o padre Baptista de Castro ⁽⁵⁾ fala-nos de *que a memoria mais antiga desta Paroquia é um padrão de pedra com letras, antigas que se acha nesta Igreja*, e onde constava a data de 1271. Esta inscrição referia-se à erecção, pelo bispo D. Mateus, a pedido de Vicente Martins, Vigário do Rei, e de Álvaro de Lisboa, do altar em honra de Santa Vitória ⁽⁶⁾.

Há, como é óbvio, confusão entre as datas da instituição do morgado e da construção da capela de Santa Vitória com a da presumível fundação do templo.

Assim, teremos, pelas informações que até nós chegaram, as seguintes datas:

- a) 1220 ou, possivelmente, 1209 — existência já certa da igreja;
- b) 1271 — fundação da capela de Santa Vitória;
- c) 1296 — instituição do morgado de São Lourenço e fundação da capela de Santa Ana.

AS CAPELAS DO TEMPLO

A primeira capela de que nos falam os documentos é, como já vimos, a da Virgem Santa Vitória. Ainda hoje existe, com a imagem da sua invocação. Em 1763 era administrada por D. António da Silveira ⁽⁷⁾.

Em 1551 ⁽⁸⁾ existiam mais três capelas: *S. João* — da qual não há hoje vestígio algum, mas que ainda vemos mencionada em Carvalho da Costa ⁽⁹⁾ (1712);

Santa Catarina — instituída por Constança Anes Palhavã; era sua administradora a Real Coroa de S. Majestade Fidelissima. Resistiu pelo menos até ao terremoto ⁽¹⁰⁾;

Santa Ana — igualmente existente até meados do século XVIII — que instituiu Pedro Nogueira.

⁽⁵⁾ *Mapa de Portugal*, vol. III, pág. 329.

⁽⁶⁾ *Ramalhete*, ano de 1842, pág. 101.

⁽⁷⁾ *Mapa de Portugal*, vol. III, pág. 329.

⁽⁸⁾ *Sumário*, etc., de Cristóvão Rodrigues de Oliveira.

⁽⁹⁾ *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 275.

⁽¹⁰⁾ Foi sepultada nesta capela D. Mariana de Figueiró, mulher do Dr. Manuel da Gama, que faleceu em 13 de Outubro de 1712 (*Livro 2.º de Óbitos*, fl. 8).



É bem pobre de imagens este templo. As capelas são, também, em número bastante reduzido.

No altar-mor venera-se a lindíssima imagem de Nossa Senhora da Pureza, vinda para aqui, em 1902, da desaparecida capela do palácio dos Restauradores. Ao lado desta imagem — de grandes tradições na família Castelo Melhor — estão S. Lourenço (do lado do Evangelho) e S. Sebastião (do lado da Epístola).

Além da antiga capela de Nossa Senhora da Vitória — quase oito séculos de existência! — a que já aludimos e onde estão também as imagens de S. Miguel e de S. Cristóvão, existem as capelas do Coração de Jesus (bastante moderna) e, num grande arco de pedra, a de Nossa Senhora das Dores com o Menino Jesus, Santa Rita, o Santo Expedito e o Senhor dos Passos.

Sobre duas peanhas estão S. José e a Senhora da Atalaia.

Todas as outras capelas de que nos falam os escritores de setecentos desapareceram.

AS VÁRIAS REEDIFICAÇÕES DO TEMPLO

Padroado particular — dos viscondes de Vila Nova da Cerveira, que apresentavam o pior —, paroquial modesta de uma freguesia pobre — 70 casas com 526 pessoas segundo o censo do dobrar da primeira metade do século XVI — S. Lourenço atingira, por carência de obras de conservação, um estado de completa ruína.

Em 1611 — reinava em Portugal Filipe II — Lourenço Macedo Fóis (?), provedor das capelas e órfãos, solicitou do monarca que fossem executadas obras no templo, *por de todo estar caída sem se nella poderem celebrar os officios divinos com a decencia que convem*. Os trabalhos de reconstrução já haviam sido postos em pregão e os lanços mais baratos foram de 2.000 cruzados para obras de pedraria e de 390\$000 réis para obras de carpintaria — importância esta incompatível com as magras disponibilidades da igreja. Filipe II satisfez o pedido e ordenou que a dita contia lance loguo finta pelos moradores da freguesia da dita Igreja e peçoas que nella tem casas e quaesquer outras propriedades para que de tudo o que as ditas propiedades rendem cada ano se arrecadem de cada huma a razão de 10 por cento para se consertar e reedificar a dita igreja de tudo o que for necessario ⁽¹¹⁾.

(11) Livro XXVIII de Filipe II, fl. 62 v. e XXIX, fl. 49.

Pelo que nos dá a entender a provisão de Filipe II foram profundas as obras então realizadas.

Que outras se teriam efectuado anteriormente?

Não o sabemos. Como igualmente ignoramos quando foram aplicados os azulejos que cobrem as paredes da nave e que julgamos datarem da primeira metade do século XVII.



São sempre profundamente díspares as referências aos prejuízos que o terremoto de 1755 causou na cidade de Lisboa. As notícias que até nós chegaram, embora coevas da catástrofe, são, por vezes, diametralmente opostas. S. Lourenço, a sua paroquial, é, com efeito, uma excepção. Todas as informações coincidem em absoluto: o templo, não obstante ter resistido, em parte, ao traumatismo violento do abalo sísmico, sofreu ruína considerável⁽¹²⁾. Num dos assentos paroquiais, do livro de óbitos desse ano de 1755⁽¹³⁾ está escrita à margem, esta preciosa informação: *muitas pessoas daqui p.^a baixo se enterrarão no adro por a igreja se achar entulhada por cauza do terramoto* — o que nos dá a certeza das proporções que atingira o desmoronamento do edifício.

S. Lourenço foi, no entanto, um dos poucos templos de Lisboa onde não houve vítimas. Os assentos de óbitos não acusam uma única pessoa que tivesse perecido nos seus escombros.

Após o sismo, passados os primeiros horrores do pânico, as horas acerbas, terríveis do incêndio, a imagem do Santíssimo foi conduzida de S. Lourenço para a igreja do Menino de Deus. Depois, na cerca do palácio anexo, dos viscondes de Vila Nova da Cerveira, construiu-se um improvisado altar para que a prática do culto se não interrompesse. Um pouco mais tarde os ofícios paroquiais já se ministravam numa das salas do palácio transformada em capela.

Em 1763 S. Lourenço abria de novo as suas portas. Mais modesta, mais simples na sua arquitectura? Estamos em crer que sim.

(12) O padre Luís Cardoso (*Dicionário Geográfico*, vol. XX, fl. 87) diz que o templo sofreu ruína considerável; caiu maior parte do teto e todo o coro e que já estava quase reparado em 1762. Por sua vez o padre Baptista de Castro (*Mapa de Portugal*, vol. III) informa que a igreja sofreu bastante com o terremoto; caiu o coro e quase metade do teto, ficando ileso a capela mor. O mesmo diz o manuscrito 1229, fl. 51 a 92 da Torre do Tombo.

(13) *Livro II*, fl. 80.



Um curioso jornal recreativo de 1842 ⁽¹⁴⁾ oferece-nos esta breve descrição da paroquial de S. Lourenço:

«O templo não é grande; a sua fabrica é muito antiga, o que se deixa bem ver pela capela mor, que é obra de talha dourada; é semelhante a uma destas igrejas de fora da terra; o seu frontispício pequeno e com uma só porta a que se sobe por uns degraus de pedra muito antigos; tem à entrada, do lado direito entrando, uma inscrição lapidar bastantemente antiga, sobre indulgencias concedidas a quem visitar aquela igreja desde as vésperas de S. Lourenço até à tarde do dia do mesmo Santo ⁽¹⁵⁾; os pequenos e desentoados sinos estão colocados em um campanário o mais simples possível».

E o mesmo articulista observa, em seguida: «comtudo gosa de um lindo ponto de vista da cidade, por estar em bastante elevação, por a qual se sobe por certas ruas na verdade bem sujas e ingremes; ainda que outras sejam menos custosas de subir, não são com tudo mais limpas, e bem certos estamos que de pouco melhoramento podem ser susceptíveis, pela dificuldade de abrir canos. Em tudo se parece aquele sitio com Alfama, posto que os habitantes sempre gosaram de algum crédito melhor».

Tal era, há um século, no seu aspecto de salubridade, a cidade de Lisboa.

Pela gravura que publica Gonzaga Pereira, verifica-se a veracidade das palavras do noticiarista. Era de facto modesta, como hoje o é ainda, a paroquial de S. Lourenço.

«A sua planta — escreve o autor de os *Monumentos Sacros de Lisboa de 1833* ⁽¹⁶⁾ — é bastante pequena; pode acomodar 300 fiéis ao santo sacrificio da missa e mais actos da Igreja Romana». Sobre a architectura do templo acrescenta: «O templo de S. Lourenço pouca memoria oferece aos artistas deste sublime ramo e de seus amadores; a planta, alçado, corte, retabulos e mais objectos tendentes a uma paroquial da Corte, que ordinariamente são enobrecidos com grande differença de architectura das paroquiais de aldeia ou vila, nele se vê que, pelo seu artefacto, só podemos dizer ser um templo feito a remédio, a fim de aplicar os Sacramentos aos seus habitantes».

⁽¹⁴⁾ O *Ramalhete*, pág. 102.

⁽¹⁵⁾ Esta lápida ainda hoje lá está. Ignoramos quando tenha sido colocada.

⁽¹⁶⁾ Pág. 427.



Mas não é esta a igreja que hoje lá vemos. Depois de em 1867 ⁽¹⁷⁾ ter havido obras de restauro datam de 1904 as últimas ali realizadas.

O edifício, embora na fachada conserve a sua traça principal, foi ampliado com um terraço a toda a largura do templo; a escadaria de entrada desapareceu e, anexo à fachada lateral, ergueu-se um prédio, o que fez desaparecer o aspecto de abandono que até então o local tinha.



O templo é, como já o dissemos, bastante modesto, unicamente enriquecido com os painéis de azulejo que forram as paredes. No tecto há doze quadros, oitavados, representando os Apóstolos ⁽¹⁸⁾.

Nos silhares de azulejo, de grande altura, vêem-se os vários passos da vida de S. Francisco e, em alguns deles, legendas alusivas.



No altar da sacristia há uma lindíssima imagem, bastante antiga, de estofa, de Nossa Senhora da Pureza. Nas paredes quatro quadros a óleo, destacando-se entre eles o que representa o martírio de S. Lourenço.



Na parede da nave, ao fundo, do lado do Evangelho, rasga-se uma grande tribuna pertencente ao Palácio da Rosa.

Na capela-mor existia ainda em 1840 um óleo do pintor André Gonçalves ⁽¹⁹⁾.



Dois únicos túmulos, com as suas inscrições, (já transcritas ao tratarmos do Palácio da Rosa) existem hoje no templo. Estão nos degraus do altar-mor, em cujo arco, ao alto, se recortam as armas dos viscondes de Vila Nova da Cerveira.

⁽¹⁷⁾ Abriu ao culto, após as obras, em 24 de Novembro de 1867.

⁽¹⁸⁾ Datam, decerto, das obras de 1867, pois Gonzaga Pereira diz-nos que em 1840 todo o tecto era pintado de branco.

⁽¹⁹⁾ *Colecção de Memórias*, Cirilo V. Machado, pág. 71. Vem ainda citado na obra de Gonzaga Pereira.



Na fachada lateral, sobre a porta que dá entrada para a sacristia, há a seguinte inscrição:

MANDADA REEDIFICAR NO ANNO
DE 1904
PELO MARQUEZ DE CASTELO MELHOR
VISCONDE DA VARZEA JUIZ PERPETUO
DA IRMANDADE DO SANTISSIMO

OS PRIORES DE S. LOURENÇO

Na impossibilidade de darmos uma relação completa de todos os sacerdotes que, nesta paróquia de S. Lourenço, exerceram os cargos de prior, vejamos o nome de alguns que os vários documentos compulsados nos revelaram, com as datas indicadas nos mesmos:

1360-1382 — João Domingues ⁽²⁰⁾.

1387 — Lourenço Eanes ⁽²¹⁾.

1392 — Estevão Migueis ⁽²²⁾.

1412 — João Esteves ⁽²³⁾.

1590 — Cristóvão Freire — *fidalgó prior q̄ foi da igreja de S. Lourenço* ⁽²⁴⁾.

1620 — Dr. António Fernandes ⁽²⁵⁾.

1645 — Dr. Luís de Brito ⁽²⁶⁾.

1671 — 1696 — Dr. Francisco de Castro ⁽²⁷⁾, bacharel formado em Direito Pontifício e poeta. Foi aluno da Academia dos Singulares. Faleceu no dia 7 de Janeiro de 1696 e está sepultado nesta igreja de S. Lourenço ⁽²⁸⁾.

1696-1701 — Duarte de Sousa, que faleceu no dia 26 de Agosto de 1701 ⁽²⁹⁾.

⁽²⁰⁾ *Colegiada de S. Lourenço*, Maço 1, n.º 3 e 4, Arq. Nac. da T. do Tombo.

⁽²¹⁾ *Idem*, Maço n.º 8, n.º 154.

⁽²²⁾ *Colegiada de Santa Cruz do Castelo* (Arq. N. de T. do T.).

⁽²³⁾ *Documentos da Biblioteca Nacional relativos a Lisboa* — 1.ª série — séculos XIII a XV, pág. 77.

⁽²⁴⁾ *Registo da freguesia da Sé*, pág. 305.

⁽²⁵⁾ *Livro 1.º mixto*.

⁽²⁶⁾ *Index das notas de vários tabeliães de Lisboa*, vol. II, pág. 172.

⁽²⁷⁾ *Idem*, pág. 172.

⁽²⁸⁾ *Livro 1.º de Óbitos*, fl. 37.

⁽²⁹⁾ *Livro 2.º de Óbitos*, fl. 3.

- 1701-1705 — Prior encomendado João Caldeira de Sousa.
 1705-1706 — D. Tomás de Almeida, bispo de Lamego e Patriarca de Lisboa.
 1707 — D. José Pereira de Lacerda, Patriarca de Lisboa.
 1710 — Marcos Gabriel.
 1717 — Prior encomendado Manuel A. da Silva.
 1719 — João de Matos Aguiar.
 1750 — Jaime da Silva Teles.
 1757 — Prior encomendado Diogo José de Almeida Saraiva.
 1757-1778 — Bernardo de Bulhões de Araújo, grande orador. É da sua autoria o célebre sermão «O Santíssimo Sacramento roubado em Santa Engrácia no ano de 1630 e desagravo no convento da Rosa de Lisboa ocidental neste ano de 1738, recitado no último ano do seu Tríduo».
 1779 — José Caetano de Mesquita.
 1791-1805 — António Francisco do Couto; faleceu no dia 14 de Março de 1805 e foi sepultado na capela-mor ⁽³⁰⁾. Morava na Rua das Farinhas.
 1805 — Prior encomendado José Francisco Delgado.
 1806-1829 — Dr. Henrique José de Castro. Foi, além de prior de S. Lourenço, censor régio e desembargador honorário da Câmara Patriarcal. Deixou impressos alguns sermões. Faleceu no dia 16 de Fevereiro de 1829 e foi sepultado nesta igreja ⁽³¹⁾.
 1820 — Durante este ano exerceu o cargo como prior encomendado o padre Francisco Baptista Garcia.
 1829 — José António Sepúlveda de Vasconcelos.
 1856 — Prior encomendado José Sebastião.
 1865 — José Maria da Costa Rebelo.
 1865 — Prior encomendado Gregório José Lopes.
 1877 — e depois em 1881 — Justino Teixeira Guedes.
 1877 — Prior encomendado António Luís Alves.
 1880 — Prior encomendado Manuel Joaquim Nogueira de Araújo.
 1882 — António Antunes Ribeiro.
 1883-1902 — Dr. Alfredo César Brandão, que exerceu os cargos de desembargador da Relação patriarcal, deputado e ouvidor da Companhia dos Tabacos de Portugal e foi também prior da freguesia de S. Jorge de Arroios e de S. Cristóvão (desta (1886-1902) quando as duas freguesias, S. Lourenço e S. Cristóvão, foram anexadas) ⁽³²⁾.

⁽³⁰⁾ Livro 4.º de Óbitos, fl. 100 v.

⁽³¹⁾ Livro 5.º de Óbitos, fl. 32, v.

⁽³²⁾ Decreto de 15 de Julho de 1886.

1903-1905 — João Damasceno Silvão Fiadeiro.

1906-1924 — Afonso Maia de Loureiro, bondoso e exemplar sacerdote e matemático de valor. Faleceu no dia 1 de Novembro de 1945.

DOIS CARDEAIS-PRIORES DE S. LOURENÇO

Entre os nomes ilustres de prelados que honraram a paróquia de S. Lourenço temos de destacar os priores D. Tomás de Almeida e D. José Pereira de Lacerda. Ambos — apresentados pelos viscondes de Vila Nova da Cerveira segundo o direito e a tradição da Casa — vestiram as vestes cardinalícias.

D. Tomás de Almeida, filho do segundo conde de Avintes, D. António de Almeida Portugal, foi o primeiro Patriarca de Lisboa e nesta paróquia de S. Lourenço exerceu o seu primeiro cargo eclesiástico — 1705-1706. Já bispo de Lamego, ainda ocupava o lugar de modesto prior. Um registo paroquial de 1706 ⁽³³⁾ designa-o com estes dois cargos : *Prior o Bispo eleito de Lamego D. Tomaz de Almeida.*

«Era incansável nos exercícios de Pastor ou ministério de Pároco» — escreve um seu panegerista ⁽³⁴⁾ — «muito amigo da pobreza e zeloso sumamente do culto divino, assim o manifestando os monumentos que ali (igreja de S. Lourenço) deixou, a capela dedicada a Santo Tomás de Vila Nova e os dois altares colaterais dedicados ao Senhor Jesus e Nossa Senhora da Conceição a quem sempre mostrou grande devoção e o arco de capela mor».

D. José Pereira de Lacerda — que, no exercício de prior de S. Lourenço, se seguiu a D. Tomás de Almeida — foi um dos prelados mais cultos do seu tempo. Exerceu vários cargos políticos e religiosos. Foi deputado e inquisidor em Évora, prior-mor da Ordem de Santiago, bispo do Algarve e conselheiro de estado de D. João V. No consistório de 19 de Novembro de 1719 o papa Clemente XI sagrou-o presbítero-cardeal de Santa Susana da Igreja Romana. Regressado a Portugal o antigo prior de S. Lourenço — o cardeal Pereira, como era conhecido — defendeu calorosamente o princípio de que os cardeais não deveriam ser chamados a litígios.

A passagem destes dois ministros da Igreja ficou rememorada no templo de S. Lourenço. Embora bastante deteriorados, existem na sacristia dois quadros a óleo, um de D. Tomás de Almeida e o outro de D. José Pereira de Lacerda.

⁽³³⁾ *Livro II de Baptismos*, fl. 16 v.

⁽³⁴⁾ *Elogio Histórico. Vida e morte do Ex.^{mo} Cardeal D. Tomás de Almeida*, de Fernando António da Costa de Barbosa.

Lê-se no primeiro: «O Ex.^{mo} S.^{or} Cardeal Thomaz de Almeida Patriarca de Lisboa...» (35). No outro: «O Ex.^{mo} S.^{or} Cardeal D. José Pereyra de Lacerda, Bispo do Algarve, Prior desta Igreja e Collegiada de S. Lourenço, no ano de 1707».

O COLÈGINHO

DE MESQUITA MOURA A PAROQUIAL DO SOCORRO

Expulsos os mouros do Reino, ordenara D. Manuel que as mesquitas, *que fossem capazes de serem igrejas, se purificassem* (1).

Na Mouraria, o bairro onde os infiéis se haviam abrigado por decisão de D. Afonso Henriques, erguia-se no alto do labirinto de caminhos escusos, — hoje ainda representados pelos típicos e característicos becos dos Três Engenhos e da Guia, pelas ruas do Capelão e do João do Outeiro, e pelas Escadinhas da Saúde e do Marquês de Ponte de Lima, — um desses templos muçulmanos.

Alguns anos depois Lisboa contava com uma igreja mais — consagrada à Anunciação da Virgem Mãe — e dela aproveitavam *umas boas mulheres que viviam juntas e se chamavam Beatas da Terceira Ordem de S. Francisco* (2).

Por Breve de Leão X de 1519 que substituíra um outro já passado quatro anos antes o templo e casa anexa foram entregues às religiosas de S. Domingos. Seis freiras do convento de freiras de Aveiro — e, entre elas, D. Joana da Silva, filha do Conde de Penela, que foi a primeira prioreza, e D. Brites de Noronha, filha do conde de Abrantes — entraram nesta casa conventual da Mouraria, já então conhecida pela Anunciada, no dia 12 de Novembro desse ano.

Com o decorrer do tempo verificaram as dominicanas a impossibilidade de ampliar as instalações da sua pequena e «limitada» casa, pois o *sitio era posto em ladeira* (3). Além desta circunstância, o edifício era exposto ao norte e, por conseguinte, excessivamente frio no inverno e pouco saudável.

Estabeleceram, então, as dominicanas um acordo com os frades agostinhos, isto é, a troca dos respectivos edifícios. Estes passaram, após a escritura realizada — 22 de Fevereiro de 1538, confirmada em

(35) As restantes palavras estão ilegíveis.

(1) Códice n.º 165 da B. N. de L.

(2) Idem.

(3) Idem.

7 de Junho seguinte — para este convento da Anunciada, na Mouraria, e as freiras de S. Domingos instalaram-se no convento de Santo Antão, que passou a designar-se pelo nome que ainda hoje o local rememora — Anunciada.

Instalada, anos mais tarde, a Companhia de Jesus em Portugal, e devoluto o edifício da Mouraria pela saída dos agostinhos, os padres daquela ordem tomaram posse do convento no dia 5 de Janeiro de 1542 (4). Dez anos passados, Santo Inácio de Loiola dá à casa o título de Colégio. Daqui advém, com o diminutivo da palavra, o nome por que o edifício ficou a ser conhecido.

Encontraram os jesuítas, pelos tempos fora, os mesmos inconvenientes que as dominicanas haviam tido: a impossibilidade de aumentar as suas instalações, devidas aos *apertos do sítio* (5).

Em Novembro de 1593 abandonam o Coleginho para irem habitar o nóvel convento que, por isso, se designou desde logo Santo Antão-o-novo.

Damião de Góis refere-se na *crónica de D. Manuel* (6) a este convento no tempo em que era habitado pelos jesuítas: *El-rei D. Manuel fez de novo o mosteiro da Anunciada de freiras da ordem de S. Domingos na cidade de Lisboa, na Mouraria, no mesmo lugar onde fora a mesquita de moiros que agora é povoada de irmãos da companhia de Jesus; e as freiras se passaram ao mosteiro de Santo Antão, junto da cidade e por este respeito tomou o mesmo nome de Anunciada.*



Devoluto uma vez mais o edifício do Coleginho, este entra na posse, em 28 de Abril de 1594, dos eremitas — cuja ordem, com seu Provincial, ocupava então o convento da Graça (7). A compra — diz-nos Gonzaga Pereira (8) — foi feita *por intervenção do Conde de Soure para jazigo de suas famílias com a pensão de um officio anual.*



E passaram anos, sobreveio o terremoto e só quando outro cataclismo, maior ainda, veio subverter as ordens religiosas o convento foi desocupado.

(4) Códice n.º 165 da B. N. de L.

(5) Idem.

(6) Parte IV, ap. LXXXV.

(7) *Monumentos Sacros de Lisboa em 1830*, Luís Gonzaga Pereira, pág. 13.

(8) Idem.

Depois dos eremitas (continuando o edificio com os padres da Graça como senhorios) o convento foi occupado pelos padres Redemptoristas da ordem do Beato Afonso Maria de Ligório. *Neste pouco tempo que ali existiram lhe mandou o mencionado Governo consertar a Igreja bem como o convento — e a capela que está na cerca, dedicada a S. Francisco Xavier, que foi dos primeiros Padres da companhia de Jesus que habitaram este convento* (9).

Em 24 de Julho de 1833 os Redemptoristas abandonaram o edificio, que foi desde logo entregue de novo à guarda dos eremitas de S. Agostinho.

Em 1834, extintas as ordens religiosas, — o grande cataclismo a que fizemos referência — o convento soffreu o mesmo triste destino das principais casas religiosas do país: foi occupado pelo 4.º Batalhão da Guarda Nacional de Lisboa e pelo «Tribunal do Juri». A Igreja foi, então, entregue aos cuidados da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Despacho.



Reconstruída, segundo o risco do architecto Custódio Vieira, após o sismo de 1755 (obras que nunca foram concluídas) a igreja do Coleginho conserva ainda o mesmo número de capelas — a capela-mor e quatro laterais — existente antes do terremoto (10).

Tem admiráveis exemplares de azulejos dos séculos XVII e XVIII e, no corpo do convento, um lindíssimo claustro com arcos de volta redonda.

Durante muitos anos o templo — que fora em 16 de Abril de 1813 sagrado pelo bispo de Meliapor — esteve encerrado ao culto. Em 1938 abriu de novo as suas portas, mas unicamente aos domingos. No ano que decorre, no dia 16 de Abril, após a realização das indispensáveis obras de beneficiação dirigidas pelo construtor Diamantino Tojal, foi nela instituída, por demolição da parochial do Socorro, a sede eclesiástica da freguesia.

(9) *Monumentos Sacros de Lisboa em 1830*, Luís Gonzaga Pereira, pág. 16.

(10) *Corografia Portuguesa*, tomo III, pág. 287.

ÍNDICE DO 13.º VOLUME — 1950

	Pág.
ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» durante o ano de 1949	46
A ERMIDA DA BOA NOVA, por MATOS SEQUEIRA	» 147
A MOURARIA, por FERREIRA DE ANDRADE, pág. 105 e ...	» 178
AQUEDUTO DAS ÁGUAS LIVRES, por GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA	» 99
ASSEMBLEIA GERAL DE 1950 — RELATÓRIOS	» 91
BARCAS DE BANHOS DO TEJO, pelo ENG.º A. VIEIRA DA SILVA	» 3
CINZAS DE LISBOA, pelo PADRE RUELA POMBO	» 132
DO SÍTIO DO INTENDENTE, pelo DR. EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES, pág. 68 e	» 141
EM DEFESA DOS REGISTOS DE AZULEJOS, pelo ENG.º AMÍLCAR DE MELO	» 176
«FURIOSOS» DE HÁ TRINTA ANOS, por SIDÓNIO MIGUEL	» 13
IGREJA DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS, por BOAVENTURA DE NORONHA	» 169
NOTÍCIA DE UM COMERCIANTE DA PRAÇA DE LISBOA, por J. M. CORDEIRO DE SOUSA	» 165
O MONUMENTO DA RAINHA D. MARIA I, por J. M. CORDEIRO DE SOUSA	» 51
O PALÁCIO DE S. BENTO — ASSEMBLEIA NACIONAL — pelos pintores MARTINS BARATA e DOMINGOS REBELO	» 62
OS PAÇOS DE SANTO ELÓI E OS PAÇOS DE S. BARTOLOMEU, por FERREIRA DE ANDRADE	» 32
PARA QUE TÊM SERVIDO OS CONVENTOS EM PORTUGAL, por NORBERTO DE ARAÚJO	» 173
S. CARLOS, FIM DO SÉCULO, por SIDÓNIO MIGUEL	» 150
SEJAMOS TRADICIONALISTAS!, pelo DR. A. MEYRELLES DO SOUTO	» 54
UM COMERCIANTE HANSEÁTICO EM LISBOA, por HEINRICH KATZENSTEIN	» 57
UM PASSEIO NO BAIRRO ALTO, pelo DR. EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES	» 119
UMA INSTITUIÇÃO LISBOETA — AS INSTALAÇÕES DA COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA NAS AMOREIRAS E SANTO AMARO, por ANTÓNIO ALUÍZIO JERVIS PEREIRA	» 79
UMA VISTA DESCONHECIDA DO PAÇO DA RIBEIRA?, por J. M. CORDEIRO DE SOUSA	» 12

FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM, L.^{DA}

1850-1950
ANO CENTENÁRIO

TEL. P.B.X. FAIANÇAS TEL.
2 4958 DE LOIÇA
2 3902 FANTASIA LISBOA

E DE USO DOMÉSTICO
LOIÇA SANITARIA E
DE GRÉS CERAMICO
AZULEJOS-MOSAICOS

A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO COIMBRA
R. CARMELITAS, 40 R. DR. RODRIGUES, 13
Tel. 22 033 Tel. 3546

ATENÇÃO

A OURIVESARIA

Miguel A. Fraga, L.^{da}

RUA DA PALMA, 26-28

Participa aos seus amigos e
Clientes que já se encontra
nas novas instalações, no

PAVILHÃO DOS OURIVES

Largo Martim Moniz, 18

onde continua a vender,
OURO, PRATA E JÓIAS
a baixos preços.

— Telefone 2 8503 —

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA MENSAL

Fundada em 1928

Director — ÁLVARO PINTO



Preços das assinaturas por ano
com direito aos números especiais:

Portugal 190\$00
Brasil 180 cr.
Col. Portuguesas e Espanha 190\$00
Estrangeiro 10 dól.



R. de S. Felix, 41-1.º-D. — Lisboa
PORTUGAL

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL. 62177-62178
AVENIDA 24 DE JULHO 158 - LISBOA TEL. 601 LAMPAR

LÂMPADAS

GERADORES

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES

LUMIAR

ENAE

Fabrico nacional

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR

ATENÇÃO



MAIS KWH MAIOR PRODUÇÃO MAIOR CONFORTO

Participação das C. R. G. E. na exposição de F. I. P. 1949



A ELECTRICIDADE É O NERVO DE TODA A VIDA MODERNA

COMPANHIAS REUNIDAS GAS E ELECTRICIDADE
PRODUÇÃO 200000000 DE KWH POR ANO
PELA CENTRAL TERMOELECTRICA DE AMOZIM
AN SUAS REDES ABREM EN A CIDADE DE LISBOA
E 17 CONCELHOS LIMITEORES NUMA AREA DE
2000 KM²
COM 747 POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO
E SERVEM
CERCA DE 1000000 DE HABITANTES

COMPANHIAS REUNIDAS GAS E ELECTRICIDADE

CAPTAÇÕES
DE AGUA
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES
DE TODOS
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações
TEIXEIRA DUARTE, L.^{DA}

Rua da Betesga, 57, 3.º Esq.

LISBOA

ELECTROLUX

A MARCA DE REPUTAÇÃO MUNDIAL



FRIGORÍFICOS
ASPIRADORES DE PÓ
ENCERADORAS ELÉCTRICAS
MÁQUINAS DE COZINHA
MAQUINAS PARA LAVANDARIAS
MOTORES PARA FORA DE BORDA

ELECTROLUX, LIMITADA

LISBOA
Rua Pascoal de Melo, 7
Telefs. 4 8378/5 0516/5 4130

Salão de Vendas
Avenida da Liberdade, 141
Telefs. 2 8246 3 2901

PORTO
Praça da Liberdade, 123
Telefs. 2 5436/7

COIMBRA
R. Simões de Castro, 158-2.º
Telef. 4561

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e —
Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º

TEL. (provisório) 5150 — PORTO

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

A LEGAL & GENERAL

ASSURANCE SOCIETY, LTD.

com Sede em PORTUGAL na

Em LISBOA

Avenida dos Aliados, 58 — PORTO

Rua do Alecrim, 38-2.º

FOGO — ACIDENTES PESSOAIS — CRISTAIS

Agradece aos AMIGOS DE LISBÔA a preferência dada aos seus contractos

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

Capital realizado 160.000.000\$00

Fundos de reserva . . . 50.000.000\$00

SEDE EM LISBOA

Dependências urbanas:

Alcântara, Poço do Bispo, Conde Barão, Almirante Reis, Benfica,
Praça do Brasil, Praça Duque de Saldanha, Praça do Chile e Graça.

Filiais:

Porto, Coimbra, Braga, Faro, Covilhã e Ponta Delgada.

Agências:

Torres Vedras, S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Gouveia, Estoril, Tortozendo, Abrantes, Mangualde, Figueiró dos Vinhos, Olhão, Matozinhos, Moura, Guarda, Espinho, Montijo, Vila Franca de Xira e Montemor-o-Novo.

==== **Todas as operações bancárias** ====

CIMENTO TEJO

CANTARIAS — MÁRMORES

ANTÓNIO MOREIRA RATO & F.ºs, L.ºa

Telefone 60879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 54-F.

L I S B O A

AMIGOS DE LISBOA

EDIÇÕES

	PREÇOS PARA os sócios	PARA o público
A cor de Lisboa	10\$00	12\$00
Lisboa de ontem e de hoje, do sr. Rocha Martins	8\$00	10\$00
Noite de evocação do Leão de Ouro	5\$00	7\$50
«Olisipo» n.º 3/8, 12/14, 16/17, 20/21, 23/24	4\$00	5\$00
«Olisipo» n.º 25/50	8\$00	10\$00
Urbanização de Lisboa	2\$00	3\$00

A. VIEIRA DA SILVA

A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças	5\$00	6\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	10\$00	12\$50
Os Paços dos Duques de Bragança	9\$00	10\$00

ALFREDO DA CUNHA

Olisipo, berço do periodismo português	4\$00	5\$00
--	-------	-------

ANTÓNIO R. DA SILVA E SOUSA

A Igreja e o sítio de Santo Estêvão ...	4\$00	5\$00
Bagatelas do tempo vário	4\$00	5\$00
O Campo de Santa Clara	4\$00	5\$00
Ronda e Silva de Lisboa velha	4\$00	5\$00

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett	4\$00	5\$00
--	-------	-------

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	5\$00	7\$50
-------------------------------	-------	-------

JOSÉ SEBASTIÃO SALDANHA OLIVEIRA E DAUN

Relação histórica (resumida) das cavallhadas no Torneio Real que se fez na Corte e cidade de Lisboa em 1795 ...	9\$00	10\$00
---	-------	--------

LUÍS MOITA

Ermida de Santo Amaro	7\$00	8\$00
-----------------------------	-------	-------

LUÍS PASTOR DE MACEDO

Ascendentes de Camilo	12\$00	15\$00
-----------------------------	--------	--------

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» no século XIX	4\$00	5\$00
--	-------	-------

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A Igreja e o convento da Graça	5\$00	7\$50
Igreja da Conceição Velha	2\$00	3\$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena monografia de S. Vicente	5\$00	6\$00
--	-------	-------

CONSIGNAÇÕES

PREÇOS PARA os sócios o público

AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca	18\$00	20\$00
-----------------------	--------	--------

EDUARDO NEVES

Lisboa na Numismática e na Medalhística	13\$50	15\$00
Do Sítio do Intendente	10\$00	12\$00

FERREIRA DE ANDRADE

Do Convento de Nossa Senhora de Jesus	36\$00	40\$00
Relação das casas foreiras	13\$50	15\$00
Senado da Câmara e a Guerra civil	27\$00	30\$00
Três touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00
Palácios Reais de Lisboa	45\$00	50\$00

J. S. VIEIRA

O Convento dos Marianos	5\$00	7\$50
-------------------------------	-------	-------

GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital Militar de Belém	18\$00	20\$00
---	--------	--------

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	4\$00	5\$00
Lisboa (comédia)	18\$00	20\$00

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e Sombras medievais	45\$00	50\$00
----------------------------------	--------	--------

HUGO RAPOSO

Primeiro Circuito de Lisboa Moderna em Transporte Colectivo	9\$00	10\$00
---	-------	--------

JOÃO PINTO DE CARVALHO (Tinop)

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols. cada	9\$00	10\$00
--	-------	--------

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa	12\$00	15\$00
-------------------------------	--------	--------

JULIETA FERRÃO

Lisboa, 1870	9\$00	10\$00
--------------------	-------	--------

LUÍS PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina	6\$00	7\$50
A Rua das Canastras	6\$50	8\$00
Crítica, correções e aditamentos	5\$00	6\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé	6\$50	7\$50

MANUEL VICENTE MOREIRA

Jardins de Lisboa e Porto	6\$00	7\$50
Problemas da habitação	31\$50	35\$00

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

Do Sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém	45\$00	50\$00
--	--------	--------

ROBERTO DIAS COSTA

A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa	7\$00	8\$00
--	-------	-------

ROQUE GAMEIRO

Lisboa Velha	160\$00	180\$00
--------------------	---------	---------

RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava os problemas da edilícia cittadina	4\$00	5\$00
---	-------	-------

RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para a Heráldica Tumular moderna olisiponense	45\$00	50\$00
---	--------	--------

E AS EDIÇÕES CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, DA ANTIGA IMPRENSA DE COIMBRA E DA IMPRENSA NACIONAL

COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Colónia
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. DIAMANG

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cor. António Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Com. Ernesto de Vilhena

Direcção Geral na Lunda

Director geral

José Tavares Paulo

Representação em Luanda

Representante

Cap. Mário Augusto da Costa

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

Fotogravura

Tipografia

Fotólito

Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef. 21368 21227

Está despertando um clamoroso
sucesso o novo romance

Espelho de três faces

do consagrado escritor
JOAQUIM FAÇO D'ARCOS

Edição da PAPERIA ANTONIO MARIA PEREIRA — R. Augusto 44-54 — LISBOA

CASA DOS PANOS

Sortimento completo em
panos brancos e de cor
e em linhos de todas as
larguras

45, Rua dos Fanqueiros, 49
(Esquina da R. de S. Juliã)

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa
nas carreiras de África

SEDE
Rua do Comércio, 85
LISBOA

SUCURSAL
Rua Infante D. Henrique, 73
PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e
África Oriental, Brasil e América do Norte*

FROTA DA C. N. N.

«Angola»	18.250 Ton.	«L. Marquês»	6.400 Ton.
«Sofala»	12.500 »	«Cabo Verde»	6.200 »
«Moçamedes» n/m	9.100 »	«Congo»	5.000 »
«Rovuma» n/m	9.100 »	«Nacala»	2.390 »
«S. Tomé» n/m	9.100 »	«Tagus»	1.600 »
«Niassa»	9.000 »	«Chinde»	1.393 »
«Nova Lisboa»	8.800 »	«Luabo»	1.385 »
«Cubango»	8.300 »	«Inharrimes»	1.000 »
«Quanza»	6.500 »	«Save»	763 »

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E
NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO



Compramos

Livros de bons autores.
Grandes e pequenas
quantidades.

Livraria Garrett, 36
LISBOA

Alberto Alves Natário

Encadernações simples e de luxo

Vivenda Yoianda
Bairro da Mina
AMADORA

Srs. Candidatos a Condutor de Automóveis

Para fazer um bom exame estudem
mecânica e código pelo livro

PONTOS — MODELOS RESOLVIDOS

E

RESUMO DE MECÂNICA E CÓDIGO

Pedições a: JOSÉ FRANCISCO D'OLIVEIRA
Praça do Figueira, 5, L. E. Telef. 29635 LISBOA

Ourivesaria da G

FUNDADA EM 1875

JOIAS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA